

GT21 – Filosofia da tecnologia e gênero

Coordenador(a): Profa. Dra. Débora Pazzetto (CEFET-MG); Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão (CEFET-MG)

Ementa: O GT “Filosofia da tecnologia e gênero” propõe uma reflexão acadêmica transdisciplinar entre a filosofia da tecnologia e as várias perspectivas dos estudos sobre gênero, identidade pós-identidade. Pretende discutir naturalizações da diversidade sexual e de gênero em relação à tecnologia, bem como desvios, também tecnológicos, das normas de gênero. São bem-vindas contribuições sobre estudos feministas da ciência e tecnologia, virtualidade, corporeidade e o papel das tecnologias na constituição e na subversão do gênero e das identidades, em conexão com outros marcadores sociais das diferenças, como classe, trabalho, raça/etnia, escolaridade, religião e território.

Apresentação Oral

Danielly Mendes dos Santos; Luana Jéssica Oliveira Carmo; Luiz Alex Silva Saraiva
Produções acadêmicas sobre interseccionalidade: discussões atuais no Brasil

Danilo Arnaldo Briskievicz
“O momento da verdade”: tecnologia e política no mundo moderno em crise a partir de Hannah Arendt

Leonardo Pereira Pinheiro de Souza; Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos; Selma Letícia Capinzaiki Ottonicar
A questão de gênero como diversidade cultural nas empresas: impactos das mulheres e LGBT's na gestão do conhecimento

Leonardo Tadeu dos Santos; Juliana de Fátima Pinto
Tecnologias de gênero, mídia e instituições militares

Vanessa Nesbeda Gil; Camile Pegoraro; Danilo Romeu Streck
Sociedade em rede: um ensaio a partir do feminismo anticapitalista

Apresentação em Pôster

Josiane de Souza Surmani; Cíntia de Souza Batista Tortato
Limites e possibilidades da epistemologia feminista

Luciana Rodrigues da Silva
Nome social como estratégia de inclusão escolar no CEFET-MG: tecnologia e gênero na visão Queer

PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE INTERSECCIONALIDADE: DISCUSSÕES ATUAIS NO BRASIL

Santos, Danielly Mendes dos¹ – daniellymendes200@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Pampulha
30.270-901 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Carmo, Luana Jéssica Oliveira² – luanajeoli@gmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Avenida Amazonas, nº 7675, Nova Gameleira
30.510-00 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Belo Horizonte

Saraiva, Luiz Alex Silva³ – saraivalas@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Pampulha
30.270-901 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Resumo: *Este trabalho teve como objetivo investigar sobre a produção acadêmica relacionada à temática da interseccionalidade no Brasil nos últimos dez anos. De acordo com Costa, os estudos sobre interseccionalidade tiveram início na década de 1990 nos Estados Unidos, com as formulações de Patrícia Hill Collins e Kimberle Crenshaw. De acordo com Henning (2015), esse assunto tem sido abordado há mais tempo por americanos e europeus, entretanto, o autor afirma que as distintas vertentes da interseccionalidade tem sido pouco exploradas, sendo a abordagem mais direcionada à questão histórica e o percurso teórico de tal tema. Para tanto, optou-se por fazer uma revisão sistemática, utilizando o descritor “interseccionalidade” em três plataformas: Spell, CAPES e Scielo. Após passar pelos filtros: idioma: Português; Período de publicação: 2007 à 2017; tipo de trabalho artigos; os artigos foram categorizados de acordo com as seguintes categorias: Teorias Feministas; Estratégia Política; Justiça; Trabalho; Vulnerabilidade; Educação e Ciência; Sexualidade; Masculinidade; Saúde. Os resultados indicam houve um crescimento a partir do ano de 2013 de estudos que abordaram a temática*

¹ Mestranda em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

² Mestranda em Administração no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Graduada em Administração.

³ Professor Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Administração.

da interseccionalidade, com uma expressiva produção sobre teorias feministas, estratégia política, vulnerabilidade, trabalho e sexualidade, mas também revelando poucas produções que abordem saúde, ciência e educação, masculinidade e justiça, demonstrando uma área de pesquisa em expansão, sugerindo uma abertura a um tema tão importante.

Palavras-chave: *Interseccionalidade. Revisão Sistemática. Teorias Feministas.*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Costa (2013), os estudos sobre interseccionalidade tiveram início na década de 1990 nos Estados Unidos, com as formulações de Patrícia Hill Collins e Kimberle Crenshaw. Desse modo, percebe-se que esse assunto tem sido abordado há mais tempo por americanos e europeus. Uma justificativa para isso é encontrada no trabalho de Henning (2015), onde ele cita a passagem de Ann Phoenix e Pamela Pattynama (2006): “Todo mundo está falando sobre interseccionalidade, e é certamente uma ideia em processo de florescimento”. Entretanto, o autor afirma que as distintas vertentes da interseccionalidade tem sido pouco exploradas, sendo a abordagem mais direcionada à questão histórica e o percurso teórico de tal tema.

Diante da análise de diversos trabalhos sobre a temática, Puar (2013) considera que estes notoriamente demonstram que a interseccionalidade emergiu da segunda onda feminista, mais precisamente como uma importante ação feminista negra, propondo o rompimento com os ideais hegemônicos de raça, classe e gênero existentes nas correntes feministas, que eram até o momento direcionado para o público branco.

O termo “interseccionalidade” foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, mas de acordo com Henning (2015) essas lutas contra distintas formas de desigualdades sociais possui data bem anterior. Para Crenshaw (2002), a noção de interseccionalidade pode ser melhor explicada e compreendida como um encontro de vias. Um exemplo disso é a mulher racializada, a qual normalmente se encontra em um encontro de vias, sofrendo com racismo, xenofobia, discriminação de classe e gênero.

Em seu trabalho de campo em que estudou abrigos de mulheres maltratadas, Crenshaw (1991) percebeu que a maioria das mulheres que procuram esses abrigos são negras, pobres e estão desempregadas ou subempregadas. Essas mulheres enfrentam várias camadas de discriminação, seja pelo gênero, pela cor, pela falta de habilidades trabalhistas, além de estarem na maioria das vezes sobrecarregadas pela pobreza, o que reduz seu acesso a oportunidades em situação de igualdade com outras camadas sociais.

O trabalho de Costa (2013) ilustra o exemplo de Crenshaw (2002) ao expor que a imagem da mulher negra no Brasil normalmente é relacionada a papéis sócio-ocupacionais de domésticas. Isso também ocorre nos EUA, onde mesmo a maioria das trabalhadoras domésticas sejam latinas, ainda prevalece no imaginário à figura da doméstica sendo uma mulher afro-americana. No Brasil, além do papel de trabalhadora doméstica, a mulher negra é associada a objeto sexual, celebrado principalmente pelo Carnaval. A luta da mulher negra no Brasil então é retomar o controle sobre sua própria imagem, sendo protagonistas e narradoras de suas histórias.

A interseccionalidade se baseia em duas dimensões: empoderamento e desempoderamento. O desempoderamento se refere a maneira pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos de poder e discriminação criam desigualdades (COSTA, 2013).

Do lado do empoderamento, tem-se os eixos de poder, já que os membros dos grupos marginalizados também são capazes de resistir e gerar mobilizações políticas individuais e coletivas. Assim, o conceito de interseccionalidade permite verificar a interação entre diferentes eixos de poder. Percebe-se que esses eixos não podem ser concebidos como separados, mas sim como articulados (COSTA, 2013).

López (2013) corrobora com Costa (2013) ao relatar que a importância da interseccionalidade é revelar o que não se vê quando questões como gênero, raça são abordados de maneira separada.

Segundo Deadrick e Gibson (2009) uma das formas de se avaliar o desenvolvimento de um campo, se dá a partir da análise da natureza das publicações feitas em periódicos. A revisão sistemática proporcionada por esse trabalho permitiu categorizar os artigos em nove temas relacionados à interseccionalidade: Teorias Feministas; Estratégia Política; Justiça; Trabalho; Vulnerabilidade; Educação e Ciência; Sexualidade; Masculinidade; Saúde.

Tais temas se apresentam de forma regular em estudos e pesquisas, não esgotando todas as possibilidades de marcadores de diferença. Os marcadores de diferença são representados por

gênero, sexualidade, idade/geração, raça, classe social e corporalidades e interação de forma a promover cenários de desigualdades sociais e hierarquizações (HENNING, 2015).

Deste modo, este trabalho se dispôs a investigar a produção acadêmica no Brasil sobre o tema interseccionalidade. Como resultado foram encontrados os 09 temas mencionados anteriormente, partindo da análise de artigos publicados no período de 2007 a 2017, nas plataformas Spell, Scielo e Capes, utilizando o descritor “interseccionalidade”. Para tanto, apresentou-se a trajetória metodológica para a seleção dos trabalhos seguida da análise dos artigos selecionados com base nas categorias. Por fim, foram apresentadas as considerações finais baseada nos resultados encontrados e ideias para trabalhos futuros.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi realizada nas bases de dados eletrônicas dos sites Scielo, Capes e Spell. Foram seguidos os seguintes critérios de exclusão e inclusão e posteriormente seguiu-se com as etapas que funcionaram como filtros.

2.1 Critérios de inclusão e exclusão

Para direcionar a seleção dos trabalhos presentes na pesquisa, foram criados critérios que definiram a inclusão ou exclusão dos artigos.

Critérios de Inclusão: Artigos publicados nos últimos dez anos compreendendo o período entre janeiro de 2007 e novembro de 2017, que contenham o termo “interseccionalidade” em qualquer parte dos trabalhos; trabalhos escritos em português.

Critérios de Exclusão: Trabalhos que se caracterizassem como resenha de livro; dissertações; teses; entrevistas; trabalhos escritos em idioma diferente do português; trabalhos que não trouxessem a temática interseccionalidade no seu corpo e trabalhos repetidos.

2.2 Etapas I e II

Foram realizadas pesquisas nas plataformas Spell, Scielo e Capes. Na plataforma Spell foi pesquisado o descritor “interseccionalidade” no título, no resumo e nas palavras-chave e nenhum resultado foi encontrado.

Na plataforma Scielo, no período definido de 2007 a 2017 foram encontrados 58 artigos. Foi aplicado um segundo filtro selecionando o idioma português. Assim, a plataforma retornou 41 artigos. Havia uma publicação que consistia em resenha de livro, a qual também foi retirada, restando assim 40 artigos. Destes 40 artigos, 4 foram encontrados repetidos nessa mesma plataforma, totalizando para a contagem 36 artigos.

Na plataforma CAPES, após aplicar os filtros do idioma: Português; período de publicação: 2007 a 2017, tipo de recurso: artigos; e selecionar apenas os periódicos revisados por pares foram encontrados 55 artigos, sendo que um deles estava duplicado nessa plataforma e foi excluído da contagem nessa primeira fase, permanecendo 54 artigos. Assim, após essa primeira etapa, o corpus do trabalho era composto por 90 artigos de acordo com a Tabela 1. Desses, 11 artigos estavam repetidos na Capes e no Scielo, assim foram excluídos da contagem na 2ª etapa.

2.3 Etapa III

Na terceira etapa, foi feita uma leitura prévia dos resumos (nos casos em que não havia resumo, era lida a introdução) e foram excluídos 18 trabalhos por se tratarem de resenhas, dissertações, entrevistas, publicações em outros países, ou por não se tratarem de artigos. Foram excluídos também aqueles artigos que não tinham o termo interseccionalidade em seu corpo e também aqueles que tinham o termo, mas não tratavam sobre esse assunto. Deste modo após a exclusão dos trabalhos restaram 61 artigos a serem categorizados.

Tabela 1 - Etapas da pesquisa para formação do *corpus* do trabalho

Artigos	Quantidade de artigos após a 1ª etapa	2ª etapa: Artigos duplicados entre as plataformas	Total após a 2ª etapa	Excluídos na 3ª etapa	Total Final após a 3ª etapa
CAPES	54 artigos	11	79 artigos	18 artigos	61 artigos
Scielo	36 artigos				
Spell	0 artigos				
Total	90 artigos				

Fonte: Os Autores

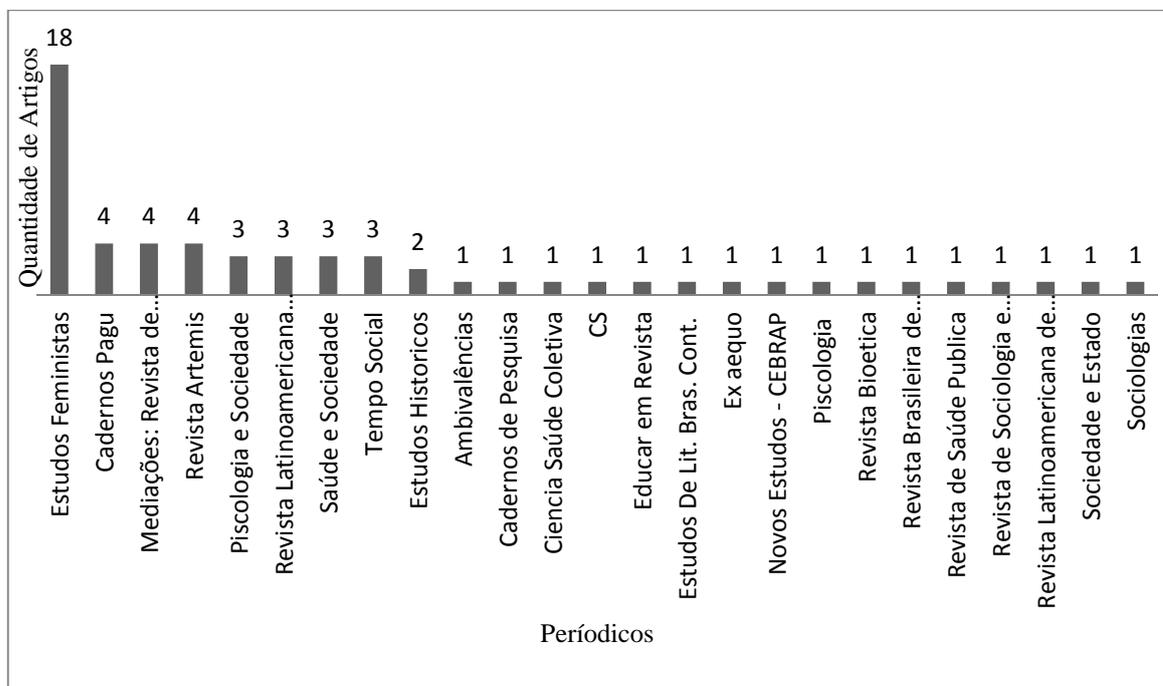
Diante da grande diversidade de temas e assuntos abordados, foram criadas categorias de acordo com as temáticas dos trabalhos, sendo elas: Teorias Feministas; Estratégia Política; Justiça; Trabalho; Vulnerabilidade; Educação e Ciência; Sexualidade; Masculinidade; Saúde.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Concentração por periódico

Ao se fazer a relação dos trabalhos e revistas em que estes foram publicados, observa-se que o tema interseccionalidade tem sido abordado em vários periódicos, tendo a maior representação no periódico “Estudos Feministas”. Mesmo assim, foi possível perceber que a distribuição acontece de maneira homogênea, não havendo aglomeração em nenhum periódico específico, além do acima citado. Em relação às revistas que os trabalhos foram publicados, tem-se o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Quantidade de artigos por periódico

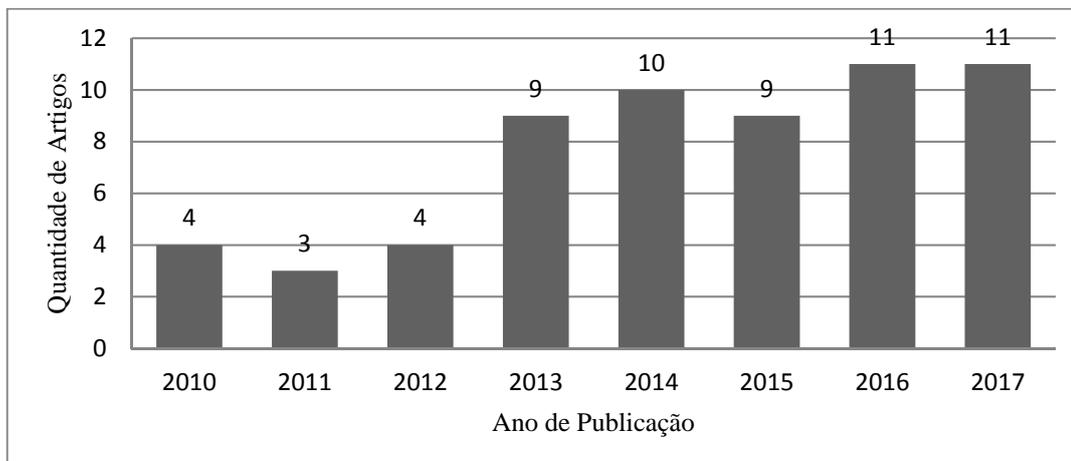


Fonte: Dados da pesquisa

3.2 Ano de publicação

Observa-se a partir dos dados relacionados ao ano de publicação dos trabalhos selecionados que o assunto interseccionalidade só começou a ter mais evidência a partir de 2013, sendo que antes de 2010 não foram encontrados artigos dentro dos filtros desse trabalho, de posse destes dados tem-se o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Quantidade de artigos por ano



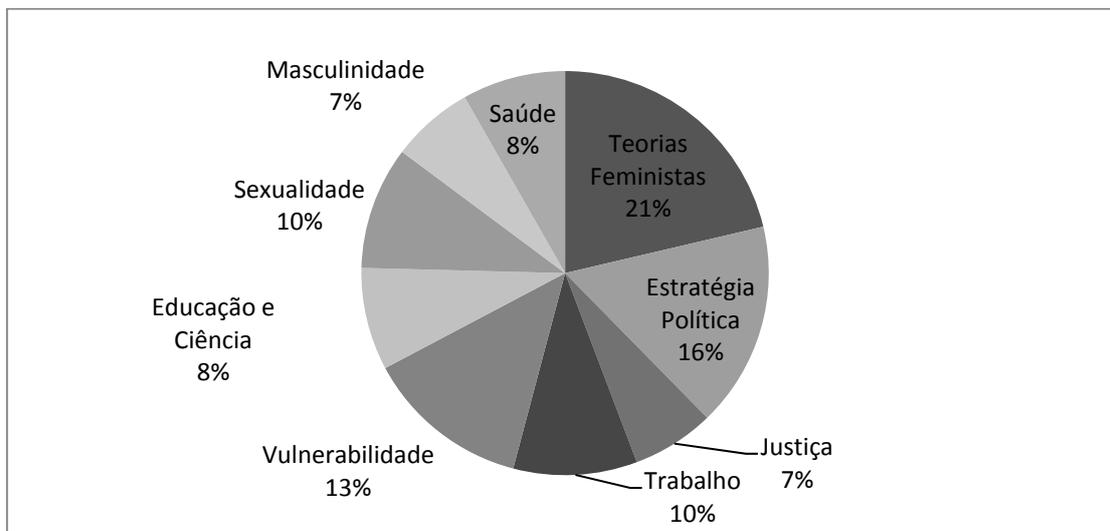
Fonte: Os Autores

Como foi dito na introdução desse trabalho, o tema interseccionalidade já era abordado por americanos e europeus anteriormente. Entretanto, por meio desse gráfico, percebe-se que no Brasil essa discussão começou a ganhar força a partir de 2013.

3.3 Categorização das temáticas

A categorização dos artigos por temática permitiu verificar os temas com maior frequência e os que ainda possuem poucas pesquisas desenvolvidas, como ilustra o Gráfico 3. Os temas com maior frequência foram às teorias feministas (21%) e estratégia política (16%), mas as temáticas sobre vulnerabilidade (13%), trabalho (10%) e sexualidade (10%), também reuniram um considerável número de artigos. Os demais temas apresentaram periodicidade menor que 10% sendo eles respectivamente, saúde (8%), educação e ciência (8%) masculinidade (7%) e justiça (7%).

Gráfico 3: Panorama das temáticas relacionadas a interseccionalidade



Fonte:

Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

3.4 Categorização

A partir da categorização dos temas e assuntos, chegou-se a uma grande gama de trabalhos compreendidos em cada categoria, não sendo possível criar categorias universais. Desse modo, a fim de abarcar todos os artigos categorizados, descreveremos um panorama geral por categoria das proposições trazidas pelos artigos em cada uma das temáticas.

Teorias feministas

Na categoria Teorias Feministas foram analisados 13 trabalhos. Diante da grande quantidade de artigos desta categoria, os trabalhos que discutem sobre esta temática possuem uma vasta diversidade de objetivos. Entretanto, alguns objetivos comuns podem ser observados, dentre eles, a análise das teorias feministas e suas diversas intersecções que perpassam classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros. Outros estudos desta categoria tinham como propósito analisar as contribuições do debate feminista sobre interseccionalidade em diversas categorias como infância, relações entre trabalho e gênero e o entrelaçamento de marcadores sociais de diferença. Alguns estudos também possuíam como finalidade compreender as convergências entre os marcadores sociais de diferencia e a desigualdade, utilizando o debate feminista para analisar este fenômeno. Grande parte dos trabalhos desta categoria possuía como objetivo principal a noção de interseccionalidade no debate feminista contemporâneo, abordando o feminismo descolonial, pós-colonial, negro, lésbico, indígena, transgênero e também uma nova

vertente do feminismo do século XXI, denominado romani (cigano). Diante das teorias feministas contemporâneas, alguns trabalhos buscaram compreender como a teoria norte americana pode contribuir para um novo pensamento feminista do sul global, considerando suas especificidades.

Os estudos sobre as teorias feministas contribuíram para lançar um novo olhar a cerca da interseccionalidade na atualidade, concluindo que as análises dos marcadores sociais de diferença podem contribuir para processos de intervenção social, considerando a complexidade das sociedades contemporâneas. Diante da intersecção destes marcadores, os estudos concluem que cada uma das diversas variáveis possui um peso relativo, operando conjuntamente em diversos níveis, se tornando um desafio para as teorias feministas. As teorias abordadas nos trabalhos perpassaram uma perspectiva interseccional de marcadores como sexualidade, classe, gênero e raça, colocando em diálogo as diferentes correntes do feminismo interseccional em especial o feminismo negro, pós-colonial e descolonial. Os estudos ainda demonstram que a teoria feminista a cerca da interseccionalidade, possui desafios e críticas, sendo um destes desafios o feminismo no Brasil, que deve ser cada vez mais marcado pela interseccionalidade.

Estratégia política

Na categoria Estratégia Política foram analisados 10 trabalhos. Os estudos dessa categoria possuem como na categoria anterior, uma grande variedade de objetivos. Do mesmo modo, abordaremos os objetivos mais comuns presentes nos trabalhos. Dentre os objetivos mais frequentes destacam a mobilização das mulheres negras em torno das demandas junto ao poder público e o discurso das mulheres a cerca do desenvolvimento. Alguns estudos buscaram compreender as relações entre produção artística, áudio visual e ativismo, perpassando questões como juventude, gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Os trabalhos que tinham como escopo a análise de diferentes dinâmicas da sociedade em países diversos, focalizaram suas pesquisas na compreensão de como cenários variados podem produzir lutas ideológicas e políticas similares, abarcando o pensamento negro feminista, teorias sobre diáspora africana, relações raciais e as relações entre raça, beleza e cidadania. Outros pontos investigados nos trabalhos abordaram também as fronteiras territoriais e políticas através dos descolamentos dos sujeitos entre países e a produção da solidariedade nas interações sociais mediadas pela tecnologia, envolvendo ativistas travestis e transexuais.

Os resultados dos estudos desta categoria propiciaram discussões a cerca das contribuições dos sujeitos para os debates políticos sendo eles nas esferas do poder público ou na sociedade de

forma geral. A luta das mulheres negras ressaltou o corpo, como uma expressão política e de como estas mulheres produzem redes de colaboração em contextos geopolíticos globalizados dissidentes, ao mesmo tempo criando uma relação entre a arte e política. Os estudos demonstraram ainda, que a produção artística continua reproduzindo discursos hegemônicos ligados às desigualdades de gênero, principalmente no movimento hip-hop, mas permitindo uma reflexão de como as intersecções de gênero, sexualidade, raça-etnia, são um esforço para representar a cultura e o feminismo negro, dentro deste movimento. Diante dos diversos contextos abordados nos artigos que analisaram diferentes países, os estudos concluem que as interações em sociedade perpassam a história, criando conceitos similares ou diferentes de acordo com a dinâmica da sociedade, dentre estes conceitos estão o de beleza negra, a centralidade masculina e os mecanismos de comunicação. A luta política presente nos estudos demonstrou que o discurso tem papel fundamental nas transformações e problematizações presentes no ativismo, proporcionando uma maior ou menor valorização dos posicionamentos políticos a partir do “lugar de fala” do sujeito e de seu/sua interlocutor/a.

Justiça

Na categoria Justiça foram analisados 04 trabalhos. Os artigos que versavam sobre Interseccionalidade e Justiça apresentavam, como objetivo mais frequente, o acesso de mulheres à justiça. Os estudos compreendiam a intersecção de gênero, raça, etnia e classe, relacionando ainda a situação de violência doméstica e familiar. Dois trabalhos tinham como ponto de análise a Lei Maria da Penha e como a interseccionalidade está presente nos discursos jurídicos e nos desafios que tangem o acesso das mulheres aos direitos e à justiça. Os outros dois artigos tinham como escopo as possibilidades e impossibilidades de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres negras por parte do Poder Judiciário brasileiro e como a relação entre réis negras e juízes brancos, afetava a distribuição da punição no sistema criminal.

Os trabalhos analisados contribuíram para a realização de uma reflexão a cerca da implementação da Lei Maria da Penha e como alguns dos resultados obtidos apontam uma sobrerrepresentação das mulheres negras boletins de ocorrência, nas entrevistas, mas não nos processos, mesmo que os/as juízes/as entrevistados/as compreendam que os marcadores de gênero-raça e etnia não interfiram no acesso à justiça. Diante das dificuldades de acesso à justiça, os trabalhos concluem que o mito da democracia racial possui forte influência na recusa do sistema de justiça em olhar de forma mais atenta para as mulheres negras, funcionando

assim, como um instrumento de dominação racial explícita na intersecção de gênero, raça, etnia e classe, se refletindo nas categorias de indivíduos puníveis.

Trabalho

Na categoria Trabalho foram analisados 06 artigos. Os estudos que tratam de interseccionalidade e trabalho possuíam como finalidade geral a análise de intersecção de gênero, raça e classe nos trabalhos das mulheres e na relação entre gênero e mercado de trabalho. Três artigos tinham como propósito investigar a intersecção de gênero e raça nos trabalhos das garís e trabalhadoras domésticas. Nestes trabalhos, buscavam-se compreender quais características interseccionais e desiguais incidiam sobre as trabalhadoras domésticas e garís e como se davam a organização política das domésticas nos últimos 80 anos. Os demais trabalhos tinham como objetivo central discutir a relação de gênero no mercado de trabalho. Estes trabalhos tinham como hipótese as diferentes formas de como o gênero pode interferir nas negociações sindicais e na relação entre mercado de trabalho, classe social e responsabilidades familiares.

Os estudos que versam sobre trabalho promoveram o debate a cerca das consequências de ofícios desvalorizados e as dinâmicas interseccionais, que trazem para as trabalhadoras domésticas e garís desigualdades, que persistem em seu cotidiano socioeconômico e no mundo do trabalho. Além destas desigualdades, os trabalhos concluem que há um impacto desproporcional para as mães que preferem ou não permanecer no trabalho, em relação aos pais. Os estudos demonstram ainda, que as lutas históricas das trabalhadoras domésticas perpassaram movimentos classistas-sindicais, movimentos negros e feministas, sendo fundamental para desenvolver uma política que busca emancipação e empoderamento. Está luta política também estaria presente no setor de vestuário, tendo estes trabalhadores dificuldades de acessar a luta sindical que é controlada por poucas pessoas, não sendo estes os trabalhadores das bases.

Vulnerabilidade

Na categoria Vulnerabilidade foram analisados 08 trabalhos. Alguns dos estudos que versavam sobre vulnerabilidade e interseccionalidade tiveram como objetivo a análise da situação de violência da mulher, vítimas preferenciais de diferentes formas de vitimação e do femicídio. Dois artigos possuíam como objetivo discutir o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e verificar a vulnerabilidade ao DST/Aids de adolescentes femininas moradoras de

favelas. Os demais trabalhos desta categoria buscaram realizar reflexões a cerca do uso de álcool entre jovens quilombolas, tendo como ponto de partida a intersecção entre gênero, classe social e raça/etnia.

As reflexões a cerca do uso de álcool pelos jovens quilombolas demonstraram que os significados atribuídos ao ele são diversos, e as poucas atividades de lazer, as relações de gênero, o preconceito sofrido por serem negros/as e/ou quilombolas, revelam as desigualdades históricas presentes, expondo esta população a situações de vulnerabilidade social, onde estes sujeitos utilizam do álcool para enfrentar situações difíceis, lidar com estados emocionais desagradáveis, se divertirem, socializarem com os amigos, entre outros. Os estudos que versavam sobre a situação de violência da mulher concluíram que quanto maior a vitimação feminina, maior o impacto sobre sua vulnerabilidade, tendo os marcadores sociais uma relação forte nas situações de violência e femicídio, tendo o Estado falhas nas políticas públicas que dão assistência a estas mulheres, não levando em conta a especificidade de gênero e suas interseccionalidades. Os resultados do estudo sobre tráfico de mulheres evidenciou a associação entre condições estruturais de desigualdade social e vulnerabilidade ao tráfico para fins de exploração sexual. A vulnerabilidade em contrair DST/Aids pelas adolescentes negras revelou que esta vulnerabilidade esta associada a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, sugerindo a criação de políticas que proporcionem o aumento da oferta de serviços de atendimento ginecológico a esse público.

Educação e ciência

Na categoria Educação e Ciência foram analisados 05 trabalhos. Como finalidade geral dois artigos buscaram analisar os desafios que perpassam o perfil dos docentes levando em consideração a intersecção de gênero e raça, com a titulação, localização regional, tipos institucionais e regime de trabalho. Os demais estudos abordaram como objetivo de análise a inserção de mulheres negras no campo da pesquisa e os aspectos étnico-raciais e de gênero que perpassam a integração de jovens universitárias africanas no Brasil.

Os resultados dos trabalhos realizados revelaram que houve um aumento da participação feminina no corpo docente das instituições de ensino, mas que ainda é um campo permeado pelos marcadores de diferença dentro do grupo profissional, demonstrando limites e possibilidades de emancipação diante da falácia da dominação dentro das instituições. Os artigos que abordaram a inserção das mulheres na ciência e na universidade explicitam que ainda há elementos que permeiam esta inserção, como o racismo, sexismo e a xenofobia, tendo

o feminismo contribuído para reflexões a cerca da permanência destas mulheres na pesquisa e na universidade.

Sexualidade

Na categoria Sexualidade foram analisados 06 trabalhos. Os trabalhos desta categoria possuem como abordagem mais constante o corpo e a sexualidade. Alguns artigos possuíam como objetivo analisar a sexualidade heterossexual a partir da iniciação sexual de homens brancos e da produção discursiva da heteronormatividade. Os outros dois estudos possuíam como finalidade compreender os meandros do sexo tarifado, abordando a inserção do corpo negro em uma sauna gay e as representações do corpo envolvendo homens idosos e jovens garotos de programa frequentadores de um bar gay.

Diante da temática da sexualidade, os estudos propiciam uma reflexão a cerca da sexualidade perpassando o sexo tarifado e a heteronormatividade. Os resultados dos trabalhos sobre sexualidade heterossexual evidenciam que as experiências de iniciação sexual dos homens brancos, contribuíram para a produção da sexualidade dos entrevistados e também para a definição de classe e cor, demonstrando que estas experiências sexuais são elementos fundamentais para a problematização das relações entre corpo, gênero, classe e sexualidade. Os artigos que abordaram o sexo tarifado demonstraram que há um desejo racializado na sauna gay pesquisada, que acabam explicitando a realidade do país, revelando também que mesmo que estes sujeitos não tenham a intenção de reproduzir estas relações de poder elas são inerentes nestes espaços de sociabilidade.

Masculinidades

Na categoria Masculinidades foram analisados 04 trabalhos. Os estudos que tratavam sobre esta temática possuíam como objetivo mais comum compreender a partir de uma perspectiva interseccional as masculinidades do ponto de vista das teorias feministas. Dois trabalhos buscavam explorar o conceito de masculinidade e suas formulações iniciais, perpassando o conceito de masculinidades múltiplas, compreendendo uma revisão sobre a produção acadêmica sobre o tema em uma revista de saúde. Um dos artigos tinha como finalidade discutir a emergência de uma nova categoria identitária denominada “homem trans” e como ela busca se distanciar de expressões de gênero de outros grupos.

Os artigos analisados permitiram discutir a masculinidade em contextos diferentes. A masculinidade do homem negro foi contraposta com o feminismo dentro e fora do Brasil,

proporcionando um debate a cerca da necessidade da discussão de estereótipos que podem contribuir para uma nova construção social a respeito do tema. Os trabalhos que trouxeram a discussão a cerca do conceito de masculinidades sugerem a reformulação do conceito, enfatizando a dinâmica da masculinidade hegemônica, demonstrando ainda na revisão sistemática, que ainda são incipientes pesquisas que abordem o conceito de masculinidade revelando uma área de pesquisa em expansão. O artigo que versava sobre os “homens trans”, concluiu que o processo transexualizador do SUS contribui para emergência deste debate, trazendo a discussão sobre o uso do termo e a complexidade dos processos de autorreconhecimento e construção de masculinidades a partir de modificações corporais.

Saúde

Na categoria Saúde foram analisados 05 trabalhos. Dois estudos desta temática se objetivaram em analisar as políticas públicas de combate as Drogas e ao HIV/Aids tendo como perspectivas as possíveis relações de opressão entre gênero e raça, e a possibilidade de exclusão e inclusão destes sujeitos no processo de formulação das políticas públicas. Os demais artigos desta categoria buscaram compreender as condições sociais e organizacionais em torno do cuidado com idosos em asilos, e como a cultura do cuidado se relaciona com a interseccionalidade e o feminismo, compreendendo também uma revisão sistemática sobre violência e saúde.

Os trabalhos que analisaram as políticas públicas de combate as Drogas e ao HIV/Aids, mostraram que se faz necessário conhecer a história das políticas públicas de drogas no Brasil, para compreender as atuais formas de gestão destas políticas, demonstrando também que as mulheres negras utilizam o corpo como expressão de luta política, questionando a vulnerabilidade social produzida pela interseccção de gênero e raça no combate ao HIV/Aids. Os artigos que abordaram o cuidado em torno dos idosos em asilos, mostraram as contribuições do feminismo contemporâneo na percepção da diferença e do cuidado entre a equipe de enfermagem, gestores e os pacientes, tendo como eixo organizacional a ética e o cuidado. Na revisão sistemática os resultados demonstraram escassos estudos envolvendo os marcadores sociais de diferença e pouca interseccionalidade entre violência, desigualdades sociais, direitos humanos e saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi investigar a produção acadêmica relacionada à interseccionalidade no Brasil nos últimos dez anos. Por meio de uma revisão sistemática, foi possível compreender a evolução do tema no Brasil e quais são as categorias que os trabalhos mais estudam. Os resultados encontrados sugerem que o tema interseccionalidade ganhou destaque no Brasil a partir de 2013, sendo que antes de 2010 de acordo com os filtros selecionados, nas plataformas escolhidas, entre os anos de 2007 a 2017, não foram encontrados trabalhos. Acredita-se que essa é uma área de pesquisa em expansão, sugerindo uma abertura a um tema tão importante.

Percebe-se com estas análises que gênero e raça ainda compõem uma significativa parcela dos marcadores sociais de diferença presentes nos trabalhos, demonstrando que estes estão embasados nas primeiras teorias feministas sobre a temática.

Os estudos sobre masculinidade e sexualidade trazem consigo um debate politizado acerca da sexualidade do homem, demonstrando a busca por diferentes compreensões de masculinidades acerca do estereótipo do homem negro e das relações entre o sexo tarifado a racialização destas relações, revelando a necessidades de estudos que compreendam também a sexualidade da mulher.

Os estudos a cerca das teorias feministas, estratégia política, vulnerabilidade, trabalho e sexualidade sugerem temas mais convidativos aos pesquisares na última década. As demais temáticas sugerem por sua baixa frequência, trabalhos com temas emergentes que podem atrair a atenção dos pesquisadores da área ou que estão deixando de ser pesquisados pelo interesse principal em outros temas.

O principal resultado tangível desse trabalho foi à possibilidade de traçar um panorama sobre as temáticas relacionadas à interseccionalidade. O termo, que não é de conhecimento geral, perpassa todas as esferas públicas e sociais, como saúde, educação e trabalho, o que enseja uma maior difusão não só em meio acadêmico, como também para o público em geral. É necessário abordar mais sobre esses cruzamentos que causam sofrimento e que estão presentes nas bases da sociedade mediando às relações de poder.

Esse trabalho teve como limitação a impossibilidade de explorar profundamente os trabalhos encontrados, devido ao grande número de trabalhos. Assim, para trabalhos futuros, sugere-se explorar a interseccionalidade por temática.

REFERÊNCIAS

COSTA, J. B. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 26, n. 52, p. 471-471, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

_____. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Califórnia, n. 6, p. 1.241-1.299, 1991.

DEADRICK, D. L.; GIBSON, P. A. Revisiting the research-practice gap in HR: a longitudinal analysis. **Human Resource Management Review**, v. 19, n. 2, p. 144-153, 2009.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 97, 2015.

LÓPEZ, L. C. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 14, 2013.

PUAR, J. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul./dez. 2013.

ACADEMIC PRODUCTIONS ABOUT INTERSECTIONALITY: CURRENT DISCUSSIONS IN BRAZIL

Abstract: This work aimed to investigate the academic production related to the topic of intersectionality in Brazil in the last ten years. According to Costa, studies on intersectionality began in the 1990s in the United States, with the formulations of Patricia Hill Collins and Kimberle Crenshaw. According to Henning (2015), this subject has been addressed more time by Americans and Europeans, however, the author affirms that the different aspects of intersectionality have been little explored, being the approach more directed to the historical question and the theoretical route of such subject. In order to do so, we opted for a systematic review, using the descriptor "intersectionality" in three platforms: Spell, CAPES and Scielo. After passing through the filters: language: Portuguese; Publication period: 2007 to 2017; type of work articles; the articles were categorized according to the following categories: Feminist Theories; Political Strategy; Justice; Job; Vulnerability; Education and Science; Sexuality; Masculinity; Health. The results indicated that there was a growth from the year of 2013 of studies that dealt with intersectionality, with an expressive production on feminist theories,



political strategy, vulnerability, work and sexuality, but also revealing few productions that address health, science and education, masculinity and justice, demonstrating an expanding area of research, suggesting an openness to such an important subject.

Keywords: *Intersectionality. Systematic review. Feminist Theories.*

“O MOMENTO DA VERDADE”: TECNOLOGIA E POLÍTICA NO MUNDO MODERNO EM CRISE A PARTIR DE HANNAH ARENDT

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo¹ – danilo.arnaldo@ifmg.edu.br
IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais
Rua Érico Veríssimo, 317 – Londrina
CEP 33.115-390 – Santa Luzia – MG – Brasil

***Resumo:** Investigamos no pensamento político de Hannah Arendt (1906-1985) as relações entre o progresso científico e tecnológico com a violência. A partir da análise da crise do mundo moderno trazida pela ascensão do totalitarismo alemão, esclarecemos o papel dos campos de concentração como tecnologia para a mudança da natureza humana tendo como premissas a ideologia e o terror. Por causa dos ataques com bombas atômicas a Hiroshima e Nagasaki, no Japão, dando fim à Segunda Guerra Mundial, avaliamos o receio de que uso constante dessa tecnologia levasse a espécie humana ao seu termo com a temida guerra nuclear. Distinguimos os conceitos de poder e violência a fim de demonstrar que a confusão está fundamentada na banalização do uso da violência e das tecnologias de guerra no mundo moderno e de sua confusão com o fenômeno do poder: a violência não amplia o poder, antes é sinal de sua decadência. Por fim, criticamos o mito do progresso ilimitado da ciência e da tecnologia e sua pretensa melhoria do mundo comum com a dissensão em relação ao *sensus communis*. Em nosso estudo aproximamos a discussão sobre o uso da tecnologia da política a partir dos conceitos arendtianos.*

***Palavras-chave:** Ciência. Totalitarismo. Campos de concentração. Ideologia. Terror.*

1. ORIGEM DO PROBLEMA: A CRISE DO MUNDO MODERNO

O mundo moderno em crise é o tema central do pensamento político de Hannah Arendt. Para ela, as bombas atômicas lançadas sobre o Japão, em agosto de 1945, não apenas encerraram a

¹ Mestre em Filosofia Política pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Temas Filosóficos pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Filosofia pela PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor Titular de Filosofia e Sociologia do IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais, campus Santa Luzia.

Segunda Guerra Mundial, mas criaram uma crise profunda na tradição do pensamento político ocidental. Às perdas materiais com a guerra – cidades destruídas, milhões de mortos –, seguiu-se a perda da tradição política ocidental cristalizada no surgimento do totalitarismo nazista na Alemanha e a invenção dos campos de concentração (ARENDR, 2005, p. 14; 2008a, p. 9). O mundo moderno recebeu como legado números e fatos trágicos, relacionados às novas tecnologias de guerra:

Seis milhões de judeus, seis milhões de seres humanos foram arrastados para a morte sem terem a possibilidade de se defender e, mais ainda, na maior parte dos casos, sem suspeitarem do que lhes estava a acontecer. O método utilizado foi a intensificação do terror. Houve, de começo, a negligência calculada, as privações e a humilhação, na altura em que os de constituição mais fraca morriam ao mesmo tempo em que aqueles que eram suficientemente fortes e rebeldes para se darem a si próprios a morte. Veio a seguir a fome, à qual se acrescentava o trabalho forçado: as pessoas morriam aos milhares, mas a um ritmo diferente, segundo a resistência de cada um. Depois, foi a vez das fábricas da morte e todos passaram a morrer juntos: jovens e velhos, fracos e fortes, doentes ou saudáveis; morriam não na qualidade de indivíduos, quer dizer, de homens e mulheres, de crianças ou de adultos, de rapazes ou de raparigas, bons ou maus, bonitos ou feios, mas reduzidos no menor denominador comum da vida orgânica, mergulhados no abismo mais sombrio e mais profundo da igualdade primeira; morriam como gado, como coisas que não tivessem corpo nem alma, ou sequer um rosto que a morte marcasse com o seu selo. É nesta igualdade monstruosa, sem fraternidade nem humanidade – uma igualdade que poderia ter sido compartilhada pelos cães e gatos – que se vê, como se nela se refletisse, a imagem do inferno (ARENDR, 2001, p. 117).

Aos sobreviventes coube o fardo improrrogável de tentar explicar o que a humanidade vivenciou. Restou o exercício fundamental da compreensão. Por causa disso, Arendt pensa o mundo em crise a partir da lacuna entre o passado e o futuro, entre o “intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda”, uma vez que “na História esses intervalos mais de uma vez mostraram poder conter o momento da verdade” (ARENDR, 2005, 35-36). A compreensão do que aconteceu é uma forma de reconciliação com mundo que ainda permanece existindo e que exige que continuemos vivendo e agindo. Assim, para Arendt, as “guerras e revoluções, não o funcionar de governos parlamentares e sistemas democráticos fundamentados em partidos políticos, foram as experiências políticas básicas de nosso século.” Por isso, “se se passa por elas sem parar para reflexão, é como se não se tivesse vivido neste mundo, que é o nosso” (ARENDR, 2004c, p. 125). A compreensão é o acabamento para continuar agindo no mundo. É uma tarefa complexa em que “aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo. A compreensão é interminável e, portanto, não pode produzir resultados finais; é a maneira especificamente humana de estar vivo” (ARENDR, 1993, p. 39).

A compreensão da crise do mundo atual coloca em tela duas questões: a primeira relaciona-se

ao uso indiscriminado e massivo da violência que coincide com um descrédito na capacidade de agir em conjunto, ou seja, a violência predomina em relação ao poder. A segunda diz respeito ao uso cada vez maior da tecnologia em nosso cotidiano desde a modernidade – o que tem alterado nossa forma de viver num mundo comum –, devido ao otimismo no progresso ilimitado da ciência que, por parecer neutra, “está em muitos casos levando diretamente ao desastre” (ARENDR, 1994, p. 21).

Portanto, nossa proposta é discutir a partir da crise do mundo moderno os conceitos de violência e tecnologia, tendo como pano de fundo a crítica arendtiana ao mito do progresso ilimitado da ciência.

2. TECNOLOGIA: ETIMOLOGIA E BREVE HISTÓRICO

Etimologicamente, tecnologia é um substantivo feminino formado a partir do radical grego *tekhno, tékhnē*, o mesmo que arte, artesanato, indústria, ciência, ofício e do radical grego – *logía* – de *lógos*, o mesmo que linguagem, proposição, conjunto de saberes (CUNHA, 1986).

Em sentido amplo, tecnologia designa um estudo sistemático de técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou domínios da atividade humana. Diz respeito aos conhecimentos que permitem fabricar objetos e modificar o mundo em que vivemos, com vistas a satisfazer as necessidades dos seres humanos (HOUAISS e VILLAR, 2001; FERREIRA, 1976).

Em termos históricos, a tecnologia sempre acompanhou os seres humanos desde suas primeiras atividades como a caça, a pesca e a proteção, utilizando-se dos recursos naturais ou fontes de energia vinculadas a elas. Com o passar do tempo, a tecnologia passou a ser fundamental para as sociedades mais complexas.

No século XVIII, com o advento da revolução industrial na Inglaterra a tecnologia ligada à produção nas fábricas e toda a sua logística (extração da matéria-prima, divisão social do trabalho, mercado consumidor) criou uma situação nova no mundo ocidental. Trata-se da centralidade da tecnologia e de suas técnicas na fabricação dos artefatos necessários à vida e o uso ampliado na política, através das guerras. Nesse período, o otimismo em relação ao

progresso científico ilimitado para resolver as mazelas humanas foi se tornando um senso comum.

No século XX, a Grande Guerra (1914-1918) “a primeira guerra tecnológica” produziu um massacre de grandes proporções, colocando “em causa o otimismo do progresso científico”. A Segunda Guerra Mundial (1938-1945) foi ainda mais inquietante pois colocou “em xeque a responsabilidade dos cientistas nessas obras de destruição e, sobretudo,” e reforçou “a inquietação dos filósofos quanto ao futuro do mundo” (COURTINE-DÉNAMY, 2004, p. 84)

A tecnologia e o seu uso progressivo e intenso na política produziram as experiências mais assombrosas da humanidade na modernidade. O mundo comum foi colocado em questão: uma guerra nuclear cogitada na guerra fria poderia ser o fim da espécie humana. Para pensar esta relação vamos aprofundar a análise arendtiana sobre da tecnologia e suas relações com a política.

3. A TECNOLOGIA E A POLÍTICA

A tecnologia pode ser pensada pela política. Arendt é uma autora que não centraliza a discussão do uso da tecnologia apenas nas técnicas, mas fundamentalmente nos seus aspectos políticos. Ela se questiona sobre os conceitos políticos que estão por trás da instrumentalização da tecnologia. Para apresentar a relação entre tecnologia e política, vamos analisar alguns aspectos da teoria política arendtiana, primeiramente, no livro *Origens do totalitarismo* e, posteriormente, no ensaio *A Europa e a bomba atômica*.

No seu livro *Origens do totalitarismo*, publicado em 1951, Arendt apresenta a compreensão da política totalitária e nos dá pistas de sua compreensão da tecnologia apropriada pelo movimento nazista na Alemanha.

De forma geral, o totalitarismo se especializou no uso da violência na política, para a qual os campos de concentração converteram-se no seu instrumento mais poderoso: é uma tecnologia de guerra. Por conta dos campos de concentração,

O totalitarismo desafiava e violentava a razão humana e, ao explodir as categorias tradicionais para a compreensão da política, da lei e da moralidade, rasgava o tecido

inteligível da experiência humana. A possibilidade de demolir o mundo humano, embora inteiramente sem precedentes, era demonstrada nos ‘experimentos’ realizados nos ‘laboratórios’ dos campos de concentração totalitários. Ali a existência de seres humanos distintos, a substância da ideia de humanidade, era obliterada (ARENDR, 2004c, p. 19).

Para Arendt, o mundo atual cristalizou seus problemas políticos no interior do capitalismo. Em primeiro lugar, no imperialismo – cujo grande símbolo é a unificação da Itália e da Alemanha no final do século XIX –, o Estado-nação acoplou-se aos interesses econômicos, tornando-se expansionista e conquistador, tendo como premissa a violência nas relações internacionais. Ocorreu a transmutação do Estado-nação em Estado-império. A expansão imperialista parte do pressuposto de que é possível criar nações em áreas onde a participação popular e a organização dessa sociedade não só se apresentam atrasadas, como em alguns casos praticamente inexistente. O domínio expansionista do Estado-império – baseado no racismo – demanda um uso cada vez maior de tecnologia.

Em segundo lugar, o imperialismo impulsionou o antissemitismo por colocar em destaque a questão judaica na Europa e, mais especificamente, na Alemanha. O ódio aos judeus desencadeou um tipo extremo de violência, geradora da “derradeira catástrofe cristalizante”, o holocausto. Na reificação desse ódio violento “aparecem elementos que prenunciam a ruptura da tradição, como uma “corrente subterrânea da história europeia” (ARENDR, 2004a, p. 21).

Em terceiro lugar, o expansionismo imperialista produz as condições necessárias para o surgimento do totalitarismo. Este movimento entende a política como um ciclo interminável e não estabilizável, negando as teorias de governo e seus princípios orientadores até então conhecidas no mundo ocidental: na monarquia, a honra; na república, a virtude e na tirania, o medo. Rompendo com a tradição, o totalitarismo estabeleceu o terror como princípio orientador, uma vez que ele “escolhe as suas vítimas independentemente de ações ou pensamento individuais, unicamente segundo a necessidade objetiva do processo natural ou histórico” (ARENDR, 2004a, p. 519-520). O movimento possui uma estrutura organizacional composta por membros fanáticos incapazes de serem destituídos de sua posição seja pela experiência ou pelo argumento. O ódio é remetido contra o mundo em geral e para um inimigo escolhido pelo movimento em particular. Esse inimigo pode mudar a qualquer momento pela vontade e decisão do líder. O ódio é um sentimento de ligação entre a sociedade civil e o movimento por que produz o efeito hipnótico de uma “identificação com o movimento” surgido de um “conformismo total” que anestesia o senso comum, que destrói “a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte” (ARENDR, 2004a,

p. 358). O objetivo dos movimentos totalitários era conseguir o apoio das massas para se legitimar e se concentrou na mobilização dos apáticos, dos destituídos de qualquer ligação com os negócios políticos e com a sociedade em geral. As massas, por natureza, são volúveis e efêmeras e representam a força bruta dos até então desinteressados pela política (ARENDDT, 2004a, p. 361). Nesse sentido, o movimento totalitário conquistou a confiança das massas com o objetivo de produzir uma mobilização social rápida e sistêmica, baseada na força bruta do maior número possível de adeptos.

De *forma específica*, o movimento totalitário criou a mais sofisticada tecnologia já vista na política: os campos de concentração e/ou de extermínio – Auschwitz-Birkenau, Belzec, Chelmno, Majdanek, Sobibór, Treblinka, Bergen-Belsen, Buchenwald, Dachau, Sachsenhausen, Jasenovac. Nesses campos, a tecnologia foi aplicada à política de maneira radical. Então, qual era o objetivo de usar a tecnologia dos campos de concentração e extermínio na política totalitária? O que os nazistas queriam com os campos? Acelerar a fabricação de uma nova humanidade visando o seu progresso. Vejamos as etapas.

Em primeiro lugar, *o uso do terror e da violência como tecnologia política* difundido na sociedade é reificado nos campos de concentração. O movimento se alicerçou nas leis da Natureza e da História. Através do terror a Natureza e a História progredem. O objetivo do totalitarismo “é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea”. Investindo na mudança do homem através da violência, através do uso da tecnologia aprimorada nos campos de concentração, “o terror procura ‘estabilizar’ os homens a fim de liberar as forças da Natureza ou da História”. É assim que “esse movimento seleciona os inimigos da humanidade contra os quais se desencadeia o terror, e não pode permitir que qualquer ação livre, de oposição ou de simpatia, interfira com a eliminação do ‘inimigo objetivo’ da História ou da Natureza, da classe ou da raça”. Por isso, “o terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História”. É no terror que se percebe com clareza a ruptura que o totalitarismo enseja de todas as categorias políticas ocidentais uma vez que “o terror total, a essência do regime totalitário, não existe a favor nem contra os homens”. As leis da Natureza e da História não necessitam da participação da sociedade civil, dos cidadãos. Necessitam de ser implementadas por alguns poucos indivíduos que são os leitores escolhidos por essas próprias leis para lhes dar cumprimento. O terror incrementa a violência inerente ao movimento da Natureza e da História. Nesse círculo fechado, a pluralidade dos homens é destruída “e faz

de todos aqueles um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da História ou da Natureza” e assim “encontrou um meio não apenas de libertar as forças históricas ou naturais, mas de imprimir-lhes mais velocidade que elas, por si mesmas, jamais atingiriam” (ARENDDT, 2004a, p. 517-519).

Em segundo lugar, *o uso da ideologia como tecnologia política* difundida na sociedade foi reificado nos campos de concentração. Esses instrumentos de guerra demonstram que a distinção entre o humano e o não-humano é política. O homem se torna supérfluo. A negação da dignidade humana advém da “fé na onipotência humana e a convicção de que tudo pode ser feito através da organização leva-os à experiência com que a imaginação humana pode ter sonhado, mas que a atividade humana nunca realizou” pois “suas abomináveis descobertas no reino do possível são inspiradas por um cientificismo”. A superfluidade humana é inequívoca no totalitarismo já que “o poder só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade” pelo fato de que “enquanto todos os homens não se tornam igualmente supérfluos [...] o ideal do domínio totalitário não é atingido (ARENDDT, 2004a, p. 508). O totalitarismo pretendeu nos campos de concentração fabricar um outro homem. Fez os testes. Chamou os engenheiros e os médicos. Criou uma burocracia para o funcionamento dos campos. Treinou os oficiais e funcionários. Inventou as câmaras de gás e usou os fornos para incineração de cadáveres. Os campos de concentração vieram confirmar um tipo de ódio do totalitarismo pela humanidade e não o contrário disso. Esta forma de transformar o mundo, ou a necessidade de impor sua ideologia ao mundo –tudo é possível– pode levar à destruição do próprio homem. O sentido tradicional de humanidade é abandonado por conta da de uma ideologia que pretende “tornar o mundo coerente, para provar que o supersentido estava certo.” Enfim, “o que as ideologias totalitárias visam [...] não é a transformação do mundo exterior ou a transmutação revolucionária da sociedade” mas a invenção de uma outra natureza humana (ARENDDT, 2004a, p. 509).

4. A TECNOLOGIA E O FIM DO MUNDO: BOMBAS ATÔMICAS

Apresentamos anteriormente o papel do terror e da ideologia na ampliação da violência reificada nos campos de concentração do totalitarismo nazista. O contexto foi a Segunda Guerra Mundial. Para além desse contexto, já na guerra fria, no ensaio de 1954, intitulado *A Europa e*

a *bomba atômica*, Arendt destaca a discussão política dominante entre os europeus sobre o uso de armas atômicas pelos Estados Unidos da América.

A discussão após as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, no Japão, deixou de ser apenas uma especulação filosófica futurista e passou a ser uma realidade extensiva a todos os países.

É que ligação intrínseca entre o jeito de fazer a guerra moderna e uma sociedade marcada pelo avanço tecnológico “se tornou evidente para todos, e assim vastos setores da população – não apenas os intelectuais – temem e se opõem apaixonadamente ao progresso tecnológico e à crescente tecnificação do mundo.” A Europa temia que o avanço da tecnologia de guerra norte-americana fosse como que uma determinação para o mundo ocidental. Por isso, os europeus começavam a criticar “a tecnificação destrutiva” em que “houve uma mudança evidente nas atuais discussões sobre a tecnologia”. O cerne dessa mudança é a tomada de consciência do fim do mundo iminente. Gerou-se, nesse contexto, uma “hostilidade geral à tecnologia – e, por extensão, aos Estados Unidos” em que muitos se sentiam assustados politicamente. Nesse sentido, “o poder político americano vem a ser cada vez mais identificado com a força aterrorizante da tecnologia moderna, com um poder destrutivo supremo e irresistível”. Ao insistir no uso da tecnologia para manter a liberdade de seu povo o governo norte-americano acaba por colocar em risco “qualquer vida política” (ARENDR, 2008b, p. 434-436).

Arendt acredita que a justificção para o uso da violência para preservação da liberdade teve duas matrizes, invalidadas na prática pelo surgimento das bombas atômicas, ou seja, a tecnologia comprova a crise política moderna.

A primeira é a matriz da antiguidade pré-cristã, em que é preferível a morte do que a escravidão. Ser escravo ou estar sujeito a uma doença incurável autorizaria, por coragem, o suicídio. Para fugir do jugo do outro ou da natureza, a morte. Para isso, era preciso a virtude da coragem.

A segunda é matriz judaico-cristã da vida como dom sagrado e que precisa ser preservada. Nesse caso “as guerras podiam ser justificadas por razões religiosas, mas não pela razão da liberdade política secular em si” (ARENDR, 2008b, p. 436-437). Mesmo em caso de guerra era preciso manter a mínima possibilidade de uma interlocução com o inimigo, a fim de negociar a paz.

Contudo, as prerrogativas da coragem e do valor da vida desaparecem diante de uma possível guerra atômica. Não se fala mais em indivíduo corajoso para enfrentar o inimigo para fugir de um jugo ou de um sujeito lutando por ideais sobrenaturais e religiosos. Por fim, a questão posta pelas bombas atômicas é possibilidade do extermínio da raça humana, da espécie como um todo. Por isso, “a guerra moderna está em vias de transformar o indivíduo mortal em membro consciente da espécie humana, de cuja imortalidade ele precisa ter certeza para poder ser corajoso” (ARENDR, 2008b, p. 438).

5. A TECNOLOGIA A SERVIÇO DA VIOLÊNCIA E CONTRA O PODER

Os campos de concentração e as bombas atômicas foram tecnologias usadas na Segunda Guerra Mundial. Vamos esclarecer, agora, o que Arendt define por violência, a fim de ampliar os conceitos explorados nos textos anteriores.

No mundo atual, confundimos poder e violência. Acreditamos ser a violência uma manifestação de poder de um grupo contra outro, de uma nação contra sua rival. Arendt, contudo, desfaz esta equalização entre poder e violência.

O poder “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto”, uma vez que não pode ser individualizado. Sozinho ninguém tem poder, mas vigor ou carisma. Assim, o poder está relacionado ao espaço público de convivência em que a pluralidade humana surge através da ação livre. O poder é mantido pelo grupo enquanto “conserva-se unido” (ARENDR, 1994, p. 36).

A violência destrói o poder posto que sua natureza é meramente instrumental e, por isso, sua ligação direta com a tecnologia. O uso da violência passa a ser efetivo quanto mais tecnológica for sua aplicação. Por isso, nomeamos os campos de concentração e a bomba atômica como artefatos para provocar o temor e o terror. O movimento totalitário usou os campos de concentração para amedrontar seus inimigos. Os Estados Unidos da América utilizaram as bombas atômicas para destruir e ameaçar seus inimigos a fim de mantê-los aterrorizados. A violência precisa de justificção para ser usada. Ela é usada quando o poder está desgastado ou em vias de desaparecer. Estamos acostumados a acreditar que a violência gera poder por que

“os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural” (ARENDR, 1994, p. 37). A violência retira da cena política pelo uso de suas tecnologias a possibilidade de agir com naturalidade, com espontaneidade, com liberdade. A violência nos *obriga* a obedecer.

Violência e poder são fenômenos distintos. Onde a violência domina, o poder tende a desaparecer, onde o poder está alicerçado a violência tende a diminuir. Por isso, Arendt afirma que “poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos. Onde quer que estejam combinados, o poder é, como descobrimos, o fator primário e predominante” (ARENDR, 1994, p. 41).

A apologia da violência aparece nitidamente em vários eventos políticos do século XX e aceleram a ruptura com a tradição ao instaurar um desconforto filosófico sem precedentes: “o que todas essas desconfortáveis novidades trazem como acréscimo é uma completa reversão nas relações entre poder e violência, antecipando uma outra reversão no futuro relacionamento entre os pequenos e grandes poderes” (ARENDR, 1994, p. 18).

O avanço sem precedentes da tecnologia à disposição da violência é uma preocupação arendtiana, uma vez que a “soma da violência à disposição de qualquer país pode rapidamente deixar de ser uma indicação confiável do vigor do país, ou uma garantia segura contra a sua destruição por um poder substancialmente menor e mais fraco” (ARENDR, 1994, p. 18).

Por isso, a defesa da violência está alicerçada numa daquelas confusões conceituais típicas dos períodos de crise política em que preparar-se para o extermínio do inimigo e armar-se até os dentes parece ser a única garantia de sobrevivência no mundo. Com isso, “o desenvolvimento técnico dos implementos de violência alcançou agora o ponto em que nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição, ou justificar seu uso efetivo no conflito armado.” Na distinção entre poder e violência ressurgem o tema da impotência da ação humana. O aumento da violência adquire perigosa dimensão destrutiva quando a impotência política é notória. Arendt afirma que “a violência sempre brota da impotência. É a esperança daqueles que não têm poder [consentimento ou apoio do povo] de encontrar um substituto para ele – e essa esperança, penso, é em vão.” Contrariando a óbvia tática dos países na guerra fria, Arendt afirma que

É uma ilusão perigosa medir o poder de um país pelo seu arsenal de violência. Que um aumento da violência seja um dos grandes perigos do poder das comunidades,

especialmente para as repúblicas, é umas das percepções mais antigas da ciência política. Sustentar, por exemplo, que este país é o mais poderoso da Terra porque possui o maior arsenal de instrumentos destrutivos é cair na equiparação comum e errônea de poder com violência (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 363)

6. A TECNOLOGIA E O MITO DO PROGRESSO ILIMITADO DA CIÊNCIA

O progresso tecnológico infinito da ciência é um mito moderno colocado em xeque após a experiência dos campos de concentração e da detonação das bombas atômica. É que esta noção se assenta numa pretensão de divinização da ciência. O cientista para desenvolver uma tecnologia, por uma questão de método, parece colocar-se numa dimensão extramundana, uma vez que “é obrigado [ou tentado] a abandonar a linguagem comum para descobrir o que jaz por trás dos fenômenos.” Por causa disso, acaba por abandonar “tanto o domínio do bom senso que coordena a percepção sensorial comum quanto o tipo de realidade que é fornecido por estes modos fundamentais de perceber o mundo” (CORREIA, 2001, p. 200).

O distanciamento do *sensus communis* – os cinco sentidos humanos que imediatamente percebem a realidade do mundo comum – faz com que o progresso se torne um “dos artigos mais sérios e complexos encontrados no mercado de superstições de nosso tempo”. A “crença irracional do século XIX” no ilimitado progresso técnico tornou-se universal, através da divinização da ciência e o que lhe daria um poder sem precedentes “na exploração da imensidão do universo.” O paradoxo dessa universalização do progresso é que “não apenas o progresso da ciência deixou de coincidir com o progresso da humanidade (o que quer que isso signifique), mas também poderia mesmo disseminar o fim da humanidade” uma vez que “o progresso não mais serve como padrão por meio do qual avaliamos os processos de mudança desastrosamente rápidos que desencadeamos” (ARENDDT, 1994, p. 29). Para Arendt, “a história mostra claramente que a moderna tecnologia resultou não da evolução daquelas ferramentas que o homem sempre havia inventado para o duplo fim de atenuar o labor e de erigir o artifício humano” mas ao contrário, “exclusivamente da busca de conhecimento inútil, inteiramente desprovido de senso prático (ARENDDT, 2005, p. 302).

No mundo moderno a ciência encarnou o mito do progresso ilimitado em que ela própria se tornou a porta-voz, através da tecnologia em avanço constante, de um anseio de ação. Os processos científicos em progresso constante substituem a ação política e reduzem o espaço

público à demonstração de poder tecnológico. O poder, como já vimos, não necessita de implementos: é resultado da liberdade humana para a ação em concerto. Assim, o progresso ilimitado da ciência é uma ideologia moderna e o uso da tecnologia acaba por lhe conferir autoridade pelo convencimento.

O problema, então, é a pretensa tentativa de desvinculação da ciência com a política, a partir da noção ideológica de que para a primeira *tudo é possível*. Mas será que para ciência, sem os limites da política, tudo é permitido? Arendt nos alerta sobre a ideologia científica enviesada no totalitarismo em que os campos de concentração se tornaram “os laboratórios onde mudanças na natureza humana são testadas” e com isso “a infâmia não atinge apenas os presos e aqueles que os administram segundo critérios estritamente ‘científicos’; atinge todos os homens.” (ARENDR, 2004, p. 510).

A ciência moderna não é neutra em relação ao senso comum nem tampouco em relação à política. Isso nos leva à ideologia de que os avanços tecnológicos surgem desvinculados das comunidades políticas reais, à parte do senso comum, para além do bem e do mal. Para Arendt, “a ciência não é mais do que um prolongamento imensamente refinado do raciocínio de senso comum no qual as ilusões dos sentidos são constantemente dissipadas à medida que os erros da ciência corrigidos” (ARENDR, 2011, p. 64).

Nesse sentido, a noção de progresso ilimitado que emoldura a ciência e seus métodos no mundo moderno é “a melhor documentação do facto que toda a ciência ainda se move dentro do reino da experiência do senso comum, sujeita a erros e enganos corrigíveis” (ARENDR, 2011, p. 65). A moldura da ciência e da tecnologia é a política, o espaço entre os homens. Por mais que a ciência tente afirmar que se move num espaço infinito de progresso, o que existe é o momento atual em que as suas tecnologias impactam politicamente o mundo comum. Para Arendt, a tecnologia é resultante de um pretense afastamento do cientista da comunidade o que provoca uma noção distorcida e ideológica de que a ciência é neutra em relação ao senso comum, ao mundo onde suas técnicas terão aplicação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisada sozinha a tecnologia por si só não é violenta, nem progressista, nem boa, nem má. É pelo uso da tecnologia no mundo, ou seja, pela análise de seus efeitos políticos que podemos, de alguma forma, qualificá-la. Por isso, procuramos mostrar que no pensamento arendtiano o uso massivo da tecnologia é um sintoma da crise política do mundo moderno. É que depois das guerras mundiais, em especial com o advento da experiência totalitária, a tecnologia passou a ser cada vez mais importante para a política.

Demonstramos que o totalitarismo fez dos campos de concentração um laboratório para a nova humanidade com o objetivo de criar um espaço de nudez tão absurdo que somente com planejamento rigoroso foi possível se tornar realidade. É a partir dos campos de concentração que evidenciamos a perigosa relação entre violência, tecnologia e progresso. Destacamos, também, que logo após a experiência totalitária o fim do mundo pelas bombas atômicas tornou-se uma realidade. A violência como seu uso instrumental, nesse caso, não apenas contra um país, mas contra a própria espécie humana.

De fato, parece que a tecnologia está a serviço da violência. Por isso, para ampliar nossa abordagem política da tecnologia apresentamos o conceito de poder e violência em Arendt a fim de enfatizar que a tecnologia é um implemento da violência e não de ampliação do poder. O poder está no diálogo, na ação entre pares, no uso do espaço público para a vivência da liberdade. Tudo o que de certa forma contrarie esse movimento, este espaço entre os homens, aterrorizando-os não é poder, mas outra coisa diversa: a tecnologia a serviço da nudez e da apatia.

Esclarecemos, por fim, que a ideologia científica do progresso ilimitado é um escape para seus equívocos e erros, uma vez que ainda poderá se aprimorar no futuro. Destacamos que a ciência não está para além da política: a tecnologia é usada cotidianamente no mundo comum, interferindo no andamento das comunidades humanas, alterando cenários sociais.

Portanto, Hannah Arendt nos convida a pensar o dilema da tecnologia no mundo moderno e suas relações com a política. Por isso, para além de um olhar negativo ou saudosista de uma tecnologia menos intrusiva na política e na vida comum, o pensamento arendtiano nos convoca a entender que os instrumentos que criamos podem ampliar ou restringir nossa ação no mundo.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. A imagem do inferno. In: _____. **Compreensão e política e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D'água, 2001, p. 39-53.
- _____. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008a.
- _____. A Europa e a bomba atômica. In: _____. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (Ensaio)**. São Paulo: Cia. das Letras/Ed. UFMG, 2008b, p. 434-438.
- _____. **A vida do espírito**. Volume I. Pensar. Lisboa: Instituto Piaget, 2011.
- _____. Compreensão e política. (As dificuldades da compreensão). In: _____. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 230-257.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004a.
- _____. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004c.
- _____. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004c.
- _____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt e o conceito de progresso**. AGUIAR, Odílio Alves; BARREIRA, César; ALMEIDA, José Carlos Silva de; BATISTA, José Elcio (Orgs.). In: **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 193-202.
- COURTINE-DENAMY, Sylvie. **O cuidado com o mundo: diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Por amor ao mundo**. A vida e a obra de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

"THE MOMENT OF THE TRUTH": TECHNOLOGY AND POLITICS IN THE MODERN WORLD IN CRISIS FROM HANNAH ARENDT

Abstract: We investigate in the political thought of Hannah Arendt (1906-1985) the relations between scientific and technological progress with violence. From the analysis of the crisis of the modern world brought about by the rise of German totalitarianism, we clarified the role of

the concentration camps as technology for the change of human nature based on ideology and terror. Because of the atomic bomb attacks on Hiroshima and Nagasaki in Japan, ending the Second World War, we evaluated the fear that constant use of this technology would bring the human species to a close with the feared nuclear war. We distinguish the concepts of power and violence in order to demonstrate that the confusion is based on the banalization of the use of violence and the technologies of war in the modern world and its confusion with the phenomenon of power: violence does not extend power, Of its decay. Finally, we criticize the myth of the unlimited progress of science and technology and its pressing improvement of the common world with the dissension in relation to the sensus communis. In our study, we approached the discussion about the use of the technology of politics from the Arendtian concepts.

Keywords: *Science. Totalitarianism. Concentration Camps. Ideology. Terror.*

A QUESTÃO DE GÊNERO COMO DIVERSIDADE CULTURAL NAS EMPRESAS: IMPACTOS DAS MULHERES E LGBT'S NA GESTÃO DO CONHECIMENTO

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos¹ – beatrizp.gestaoemp@gmail.com
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Departamento de Ciência da Informação.
Marília – São Paulo – Brasil

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki² – selma.leticia@hotmail.com
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Departamento de Ciência da Informação.
Marília – São Paulo – Brasil

SOUZA, Leonardo Pereira Pinheiro de³ – leopinheirodesouza@gmail.com
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Departamento de Ciência da Informação.
Marília – São Paulo - Brasil

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins Damian⁴ – ieda.martins@gmail.com
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Departamento de Ciência da Informação.
Marília – São Paulo – Brasil
Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Educação, Informação e Comunicação.
Ribeirão Preto – São Paulo - Brasil

Resumo: *As organizações contemporâneas necessitam de informação para transformá-las em conhecimento, pois este faz parte do processo de aprendizagem. Além disto, a quantidade de saberes produzidos pelos funcionários demanda uma gestão específica e estratégica, a fim de armazenar o conhecimento para recuperação futura. Essa gestão depende da valorização da informação e do conhecimento como insumos para tomada de decisão, portanto, utiliza de sua cultura organizacional para implementar a gestão do conhecimento. Portanto, a pesquisa faz os seguintes questionamentos: a diversidade cultural pode ser considerada um fator crítico de sucesso da gestão do conhecimento? Como a diversidade cultural pode contribuir para a implantação da gestão do conhecimento nas organizações? O objetivo é refletir sobre a*

¹ Tecnóloga em Gestão Empresarial e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

² Tecnóloga em Gestão Empresarial, Mestre em Ciência da Informação e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

³ Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

⁴ Doutora em Administração, Docente no curso de Biblioteconomia e Ciências da Informação pela USP – Ribeirão Preto e Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP – Marília.

diversidade cultural na organização como fator crítico de sucesso na gestão do conhecimento. Nesta pesquisa, a diversidade cultural das organizações enfoca as questões de gênero no contexto do trabalho. Deste modo, envolve as mulheres e os homossexuais de modo geral. Discute-se ainda como a tecnologia pode criar um espaço para a expressão da diversidade cultural. A metodologia envolve uma revisão de literatura com enfoque interdisciplinar, utilizando obras das seguintes áreas: Administração, Ciência da Informação, Ciências Sociais e Economia. Os resultados e as discussões apontam que embora a questão do gênero esteja cada vez mais presente na sociedade e nas organizações, ainda são escassos os trabalhos relacionando gênero e gestão do conhecimento. Como considerações finais, ressalta-se que é premente a necessidade de estudos enfocando a temática já referida, visando a construção de organizações e sociedades mais inclusivas.

Palavras-chave: *Diversidade cultural. Gestão do conhecimento. LGBT. Mulher. Interdisciplinaridade.*

1. INTRODUÇÃO

A gestão do conhecimento (GC) é um processo fundamental para as organizações contemporâneas, pois possibilita que os colaboradores explicitem seu conhecimento e o armazenem para serem recuperados posteriormente. Desse modo, evita a repetição dos processos provenientes das atividades dos departamentos e dos profissionais. As pesquisas apontam que tal tipo de gestão influencia a competitividade organizacional (SANTOS, YAFUSHI, 2015; VALENTIM; MOLINA, 2013). Cada conhecimento é produzido a partir de informação interpretada pelos indivíduos, portanto essa pesquisa defende que a criação de conhecimento ocorre por meio do ser humano.

Os seres humanos possuem valores, crenças, rituais, história, ou seja, são seres guiados desde o nascimento pela cultura. A organização é formada pelas pessoas que a compõem, por isso a cultura neste contexto foi denominada de cultura organizacional. Assim, a explicitação do conhecimento envolve questões cognitivas, comportamentais, sociais e ocorre dentro de um contexto. Defende-se que não existe uma única maneira de implantar a GC, pois cada localidade e organização possuem características culturais que a diferem das demais.

Assim, os problemas da presente pesquisa são: a diversidade cultural pode ser considerada um fator crítico de sucesso da GC? Como a diversidade cultural pode contribuir para a implantação da GC nas organizações? O objetivo é refletir sobre a diversidade da cultura organizacional como fator crítico de sucesso na implantação do processo de GC nas organizações contemporâneas. Assim, nesse trabalho, a diversidade cultural das organizações possui como foco as questões de gênero no contexto do trabalho e envolve as mulheres e os grupos LGBT. Discute-se ainda o papel imprescindível da tecnologia para a formalização e difusão de conhecimentos bem como a possibilidade da criação de espaços virtuais democráticos que permitam um debate igualitário, considerando as questões culturais e de gênero, uma ágora virtual, como define Lévy (1998).

Algumas organizações ainda têm dificuldades para lidar com a questão de gênero, pois muitas ainda estão apegadas as estruturas sociais tradicionais, regidas pelo patriarcado. As mulheres ainda ganham menos que os homens na mesma posição e grupos LGBT ainda são contratados em pequena quantidade.

Tanto a literatura sobre a Gestão quanto sobre a Ciência da Informação apontam os fatores críticos de sucesso da GC como treinamento de funcionários, envolvimento dos trabalhadores, trabalho em equipe, capacitação de funcionários, liderança da alta gerência e comprometimento, competência em informação, entre outros (FURLANETO; OLIVEIRA, 2008).

Além desses fatores, defende-se que a diversidade cultural dos funcionários também influencia no processo de implantação da GC, algo muito presente principalmente no Brasil, que é um país composto por diferentes povos e etnias. Desse ponto de vista, a gestão da diversidade cultural passa a ser algo necessário nas organizações brasileiras, porém poucos trabalhos na área tratam do assunto.

Na área da Ciência da Informação existem diversas pesquisas que tratam da cultura e do comportamento informacional. Esses trabalhos demonstram que são as pessoas que qualificam a informação. Sendo assim, o desenvolvimento desse tipo de estudo é fundamental para a área (VALENTIM, 2014). Além da relevância da cultura para os estudos sobre comportamento informacional, é fundamental considerar o papel desta no processo de GC. Os indivíduos produzem conhecimento na organização e são seres compostos por seus valores, ideologias, tabus, comportamento e aparência física. Todos esses elementos compõem a cultura, portanto não se pode falar em construção de conhecimento sem abordar o contexto que as pessoas vivem.

O trabalho se embasa na perspectiva discutida por Semprini e Pelegrin (1999), na qual grupos sociais que partilham valores, demandas e problemas em comum podem ser considerados como culturas. Discute-se também a visão de Hofstede, Pedersen e Hofstede (2002) do gênero como um valor fundamental para a caracterização da cultura e o papel dessa cultura na relação do indivíduo com a informação e o trabalho, como destaca Wilson (1997). Ainda que se reconheça o valor da cultura organizacional na GC, é enfocado no presente trabalho como os aspectos culturais pessoais trazidos pelos sujeitos organizacionais podem ser transformados em valor para a organização.

A metodologia envolve uma pesquisa bibliográfica sobre LGBT, mulher e GC em livros, periódicos e base de dados (GIL, 2009; MARCONI, LAKATOS, 2017) tanto da área da Ciência da Informação quanto da Gestão. Esse tipo de pesquisa se adéqua principalmente aos temas inovadores e interdisciplinares⁵ por trazer uma nova reflexão para ambas as áreas e novas possibilidades de aplicação prática dos conceitos.

2. DIVERSIDADE CULTURAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

Os conceitos de diversidade cultural estão atrelados à formação, composição e inter-relações do mundo, que atualmente é o espelho e a própria identidade da diversidade cultural. Essas inter-relações entre as culturas de diversos grupos são resultados da globalização que ocorre por meio do conjunto de interações entre as diversas culturas de diferentes países que constituem o globo.

De acordo com a UNESCO (2005), a diversidade cultural está diretamente relacionada ao contexto múltiplo de expressão cultural de grupos sociais e sociedade. Essa diversidade tem o poder de enriquecer o patrimônio cultural da humanidade. Além disso, ainda segundo a UNESCO (2005), é importante defender a diversidade cultural, pois um dos seus objetivos se pauta pela busca da paz entre os povos, e claramente, da diminuição dos conflitos humanos.

⁵ De acordo com Pombo (2004, p. 31) a interdisciplinaridade modificou as rotinas do saber, ou seja: “[...] é tocar naquilo que há de essencial na face cognitiva do homem, é inscrevê-lo desde a origem nos procedimentos de articulação entre disciplinas, permitindo a emergência de uma inteligência plural do mundo”.

Entretanto, diferentes culturas e diferentes formas de expressão provocam conflitos e intolerância em níveis micro e macro social, onde o ódio e a falta de respeito com o próximo encontra-se cada vez mais visível, como se vê todos os dias nos noticiários. Nesse sentido, Carvalho (2010) caracteriza e afirma que os fundamentos e a missão da diversidade cultural é o combate aos preconceitos ligados ao gênero, raça, religião, deficiências, entre outros. No âmbito do ano de 2017 podem-se incrementar as seguintes características: política, classe social e orientação sexual, não porque são características novas no mundo, mas porque estão incitando preconceitos cada vez maiores nos ambientes da sociedade.

Em síntese, Cox (1993) afirma que diversidade cultural é uma representação de pessoas e grupos com características culturais distintas, em qualquer ambiente social. Ademais, para o autor, essa representação se divide entre os grupos de minorias e grupos de maioria, que podem ser mais bem especificados em um ambiente organizacional.

3. A FORÇA DA DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

Ainda que se possa pensar em diversidade cultural em termos de pessoas de nacionalidades distintas, que de alguma forma fazem parte de um mesmo grupo social, pode-se tratar também de diversidade cultural em termos da riqueza de tradições distintas existentes entre os próprios brasileiros. Existe uma multiplicidade de perspectivas culturais no Brasil, devido à miscigenação, à imigração e à diversidade sexual. Dentre essas subculturas há algumas cujos membros são, na prática, colocados à margem do contexto social, sofrendo um tratamento desigual em vários âmbitos da vida.

3.1. Cultura e gênero

Além da diversidade regional no âmbito da cultura, existe outra questão relevante, que tem ganhado destaque no âmbito empresarial e na sociedade, a questão do gênero. A este respeito, é relevante tratar de aspectos culturais relativos a dois grupos que, ao longo da história, sofreram e têm sofrido discriminação não só no contexto de trabalho, como no âmbito da sociedade em geral: as mulheres e os membros da comunidade dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

Hofstede, Pedersen e Hofstede (2002) descrevem as cinco dimensões de valor das culturas nacionais: identidade, sendo a tendência para o coletivismo ou individualismo; hierarquia, ou grau de igualdade ou desigualdade na distribuição de poder; gênero, ou a orientação para valores masculinos versus femininos; verdade, ou grau de aceitação da incerteza; virtude, ou orientação a longo ou curto prazo na vida. Para o autor supracitado, o gênero na cultura tem relação com o nível de competitividade e agressividade, identificados com o aspecto masculino, versus posturas mais igualitárias na distribuição de poder, que prezam o cuidar do outro, o comprometimento com valores humanísticos, identificados com o aspecto feminino.

Porém, poder-se-ia questionar se as mulheres e indivíduos LGBT, justamente por abrangerem pessoas de distintas nacionalidades e tradições, poderiam realmente se configurar como culturas distintas. Semprini (1999) alega que o multiculturalismo pode ser visto por duas perspectivas: uma é a perspectiva política, onde minorias buscam obter direitos sociais e políticos no âmbito dos estados nacionais, tendo algum nível de homogeneidade étnica ou nacional. Outra é a perspectiva dita cultural, na qual não há necessariamente homogeneidade étnica ou nacional, mas movimentos sociais que unem indivíduos por meio de valores comuns, um sentimento de identidade e/ou uma situação de marginalização.

3.2 Os desafios das mulheres

Dentre todos os desafios enfrentados pelas mulheres, e que estão também presentes no âmbito empresarial, pode-se destacar um em especial, que denota a marginalização da mulher no mercado de trabalho: a disparidade salarial. Lips (2012) afirma que o fato de as mulheres ganharem menos que os homens é uma realidade mundial e que essa disparidade se dá mesmo em situações em que o nível educacional e o investimento na carreira são iguais aos dos colegas do sexo masculino. A autora explica ainda que a maior parte dos trabalhos de meio período, com menor pagamento, é ocupada por mulheres, mas que é preciso considerar as pressões sociais que levam as mulheres a optarem por esse tipo de trabalho.

Para Atkinson (2016) a maternidade é uma condição que precisa ser tratada com atenção no âmbito empresarial, que pressiona a escolha de trabalhos de meio período, e resulta até mesmo na perda de promoções, levando as mulheres a ganharem menos por vários anos após o nascimento de seus bebês. Dentre as soluções propostas pela autora estão: permitir licenças aos pais para cuidar dos filhos; subsidiar o pagamento de creches; permitir o trabalho em casa ou

permitir levar os bebês para o trabalho; aumentar o salário de serviços com baixos salários majoritariamente desempenhados por mulheres, como cuidar de pessoas e efetuar limpeza.

3.3 A comunidade LGBT

Outro grupo que enfrenta a marginalização e tem lutado pelo seu reconhecimento perante a sociedade em geral e no mercado de trabalho é a comunidade LGBT. Davi (2011) afirma que o interesse de historiadores e demais pesquisadores pela cultura LGBT é um fenômeno relativamente recente, visto que ela tinha sido até então reprimida, todavia sempre encontrando maneiras sutis de burlar o sistema e se expressar meio da música, do teatro, da literatura e da sátira dos signos tradicionais de poder.

É interessante considerar que a construção de uma cultura LGBT tem a ver com a formação de uma identidade e a reivindicação de um espaço na sociedade para indivíduos que eram anteriormente vistos como párias sociais. Irvine (1998) afirma que a ideia de uma cultura LGBT surgiu para garantir reconhecimento e respeito ao homossexual perante a sociedade, dando a ele um sentido de membro de uma comunidade maior, não simplesmente um ser isolado que sofre de um desvio sexual, como era antes encarado.

A elaboração de políticas específicas para integrar colaboradores homossexuais têm sido um importante passo dado pelas empresas em relação à aceitação da diversidade. Siqueira (2015) afirma que em 2013 a Câmara Internacional de Comércio dos Gays e Lésbicas criou uma lista das 10 empresas, todas estrangeiras, *gay friendly*. Para o autor supracitado, O termo *gay friendly* é definido como locais, pessoas, instituições e políticas que contribuem para que os indivíduos LGBT sejam respeitados.

É importante ressaltar que as empresas brasileiras também estão preocupadas com a diversidade de modo geral, abordando também a diversidade sexual em maior ou menor grau. Dentre as empresas nacionais que têm alguma forma de política de suporte aos membros da comunidade LGBT, o autor menciona: Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Gol Linhas Aéreas, e outras. Ressalta-se que algumas organizações têm se conscientizado da importância de refletir a diversidade cultural que existe na sociedade, embora ainda haja muitas barreiras e preconceitos a serem vencidos. É relevante que a empresa tenha capacidade de trabalhar as múltiplas perspectivas culturais em âmbito interno, em relação aos seus colaboradores, para que esteja apta também a atender a um público consumidor cada vez mais heterogêneo.

4. GESTÃO DO CONHECIMENTO E OS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A informação e o conhecimento participam do desenvolvimento da sociedade de maneira geral, assim a partir do início do século XX há grandes esforços e estudos sobre o tema, principalmente em âmbito da gestão das organizações (JANUZZI, 2016). Tanto a área da Ciência da Informação quanto a Gestão reconhecem a GC como fator de influência na vantagem competitiva organizacional. Independentemente do tamanho da organização, conforme explicam Trindade et al (2017), as pequenas e médias empresas participam de maneira ativa na economia internacional, assim ao gerir o conhecimento estas instituições alcançam competitividade organizacional. A GC está focada no conhecimento criado pelas pessoas que necessita de uma gestão sistematizada para obter competitividade (OLIVEIRA, OLIVEIRA, LIMA, 2016).

Assim, as organizações reconhecem a informação e o conhecimento como recurso para as atividades, uma vez que atua diretamente na vantagem competitiva, no contexto das organizações públicas tem como missão o desenvolvimento do país e para as Organizações sem fins lucrativos e não governamentais na melhoria dos seus serviços oferecidos. Assim, o conhecimento é visto como um recurso gerenciável e os esforços profissionais se baseiam nessa premissa. Várias abordagens na teoria norteiam a gestão do conhecimento organizacional como a aprendizagem individual, organizacional e o capital intelectual (JANUZZI, 2016).

Valentim (2014, p. 4, grifo nosso) explica que este processo:

A gestão do conhecimento é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional/informacional e a comunicação organizacional/informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento, bem como mapear os fluxos informais (redes) existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizá-los, na medida do possível, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos (tácito) em informação (explícito), de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório em âmbito organizacional.

A GC conecta o saber explícito e o tácito com a finalidade de criar valor. Nessa inter-relação aparecem as competências, a cultura de compartilhamento, ampliação das redes de conhecimento, a valorização dos ativos intelectuais, bem como o uso em cada ambiente (MENEZES et al., 2017). Toda essa estrutura está relacionada com o ser humano, é ele o principal elemento dessa gestão juntamente com a tecnologia de informação e comunicação (TICs).

A GC trabalha com os fluxos informais da organização, estes fluxos não são sistematizados, como por exemplo, a cultura, a comunicação, o comportamento, a aprendizagem, valores e práticas (VALENTIM, 2014). Na área da Ciência da Informação existem divergências a respeito do tema, uma corrente defende que esta gestão contribui com o desenvolvimento da organização e a outra acredita que ela não existe. Januzzi, Falsarella, Sugahara (2016) complementa Valentim (2014) que os autores que criticam a viabilidade dessa gestão se sustentam na crítica de que ela advém da experiência da pessoa, da apropriação de informação interpessoal, no acesso a informação visando responder a necessidade de informação.

Valentim (2014) explica que essa corrente teórica compreende a GC como “gestão da mente humana”, porém a primeira corrente teórica não a compreende desta maneira. Assim há uma divergência, inclusive, na compreensão de ambos os pontos de vista.

A GC, ao considerar os valores e a cultura dos indivíduos que atuam na organização contribui para sua implementação e manutenção. Portanto, as pesquisas de GC têm demonstrado refletir a respeito da cultura organizacional (BRAQUEHAIS et al, 2017). Complementando, Braquehais et al, 2017, Januzzi et al. (2016, p. 107) enfatiza que:

[...] Sendo discriminável (informação como coisa) e fazendo sentido (informação como conhecimento), a informação pode ser percebida e assimilada pelo receptor, cuja interpretação (construção do entendimento) terá como base o seu conhecimento prévio (crenças, experiências etc.) para a criação de novos conhecimentos (processos cognitivos).

A cultura do conhecimento precisa ser construída nas organizações, devendo ser mobilizado pelo entendimento da estrutura de poder existente. Para tanto, os gestores devem verificar a relação desta cultura com a GC. Com isso, emerge a cultura de valorização do conhecimento compartilhado, que se torna elemento fundamental para a inteligência competitiva (OLIVEIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2016).

4.1 A tecnologia na gestão do conhecimento

A tecnologia tem importante papel na explicitação do conhecimento pessoal proveniente da experiência, ou tácito, possibilitando que este conhecimento possa ser difundido mais amplamente na organização. Para Pérez-Montoro-Gutiérrez (2008), após se identificar os conhecimentos necessários ao sucesso da organização, identificar os indivíduos detentores desses conhecimentos e discutir maneiras de representar os conhecimentos, deve-se considerar as ferramentas tecnológicas para apoiar os processos de GC. O autor divide essas ferramentas

em soluções parciais, que cobrem apenas alguns requisitos da GC de modo autônomo e isolado, e soluções integradoras, que apoiam a GC de modo global, intensificando os fluxos de conhecimentos explícitos e tácitos.

Ainda segundo o autor supracitado, dentre as soluções parciais se encontram os sistemas gerenciadores de bases de dados e ferramentas de *data mining*, que se prestam para evidenciar determinados padrões em enormes volumes de dados; dentre as soluções integradoras, é mencionada a intranet, uma rede computacional interna da organização para produção e compartilhamento de conteúdos. Marchand, Kettinger e Rollins (2001) afirmam que o sucesso da organização depende do uso eficaz da informação, atingido por meio de uma sólida infraestrutura de tecnologia da informação (TI), de processos de gestão da informação e da adoção de comportamentos adequados dos sujeitos organizacionais em relação à aquisição, compartilhamento e uso da informação.

A wiki pode ser considerada outra solução integradora. Souza e Ferrari (2015) descrevem o uso da *wiki*, um *site* cujo conteúdo é criado colaborativamente, para apoiar a GC em projetos de *software*, atividade que faz intenso uso de recursos cognitivos. Os autores salientam que a *wiki* permite a constante reavaliação dos conteúdos e sua exclusão, em caso de obsolescência. Esse recurso tecnológico pode ser utilizado em organizações de quaisquer ramos de atividades.

5. METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico e de abordagem quali-quantitativa. É definida como exploratória, pois busca o estudo para compreensão do seu objeto de pesquisa e dos aspectos relacionados a ele, segundo Gil (2009).

A pesquisa se baseia na cientometria para avaliar a produção científica sobre a relação do gênero com a GC, por meio de pesquisas realizadas em bases de dados nacionais e internacionais. As bases de dados analisadas foram: *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e SCOPUS, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), bem como a coleção brasileira da base SCIELO. Em todas as bases de dados foi delimitado um período de dez anos, compreendido entre 2006 a 2017. Nas duas bases

internacionais, a busca se deu por termos em inglês, enquanto que nas nacionais, foram utilizados termos em português. O filtro de busca restringiu a pesquisa ao título dos artigos.

A análise das bases nacionais foi importante para verificar como está o nível de produção brasileira sobre o tema, enquanto que a análise em bases internacionais dá margem para uma comparação da produção científica sobre o tema abordado em âmbitos nacional e internacional, o que propicia um fortalecimento da relevância do assunto.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, pesquisou-se, nas bases de dados brasileiras, sobre as palavras-chave: gestão do conhecimento e LGBT; gestão do conhecimento e mulher; gestão do conhecimento e gênero. Pesquisaram-se artigos nas bases internacionais usando os termos: *knowledge management and LGBT*; *knowledge management and woman*; *knowledge management and gender*. Em todos os casos utilizaram-se aspas duplas, para que fossem recuperados artigos que contivessem exatamente os termos buscados. O filtro de busca se restringiu aos títulos dos artigos.

Tabela 1: Produção Científica brasileira

Termos pesquisados	Base de dados 2006-2017	
	SCIELO	BRAPCI
“Gestão do conhecimento” and “LGBT”	0	0
“Gestão do conhecimento” and “mulher”	0	1
“Gestão do conhecimento” and “gênero”	0	3
Total	0	4

Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

A base de dados BRAPCI apontou para um total de 4 artigos. A busca pelos termos ‘gestão do conhecimento’ e ‘mulher’ retornou um artigo, enquanto que ‘gestão do conhecimento’ e ‘gênero’ retornou três resultados. Deve-se ressaltar que a pesquisa pelos termos ‘gestão do conhecimento’ e ‘LGBT’ retornou zero artigos. Na base SCIELO, analisando a coleção brasileira, não foi encontrado nenhum artigo que relacionasse a questão de gênero com a GC.

Tabela 2: Produção Científica internacional

Termos pesquisados	Base de dados 2006-2017	
	SCOPUS	LISA
Knowledge management and LGBT	0	0
Knowledge management and woman	2	0
Knowledge management and gender	3	0
Total	5	0

Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

Na base SCOPUS encontraram-se apenas cinco trabalhos que relacinassem questões de gênero e a GC, que podem contribuir no desenvolvimento da argumentação dos resultados. Salienta-se que a busca pelos termos ‘*knowledge management*’ (gestão do conhecimento)’ e ‘LGBT’ não retornou nenhum resultado. A base LISA não identificou nenhum artigo referente à temática pesquisada. Esses dados demonstram uma lacuna existente no âmbito acadêmico e a necessidade de se realizar pesquisas que envolvam a questão dos gêneros no processo de GC.

Neste sentido, ressalta-se que as organizações contemporâneas podem ser consideradas ambientes micro sociais, uma amostra e uma representação cultural dos elementos que constituem a sociedade como um todo. Além disso, o mundo é formado por inúmeras organizações, então, não há como falar de diversidade cultural sem apontar suas características dentro dos ambientes organizacionais.

O ambiente organizacional, na contemporaneidade, caracteriza-se por mudanças que determinam novos cenários; novas bases nas relações sociais; a coexistência de mundos distintos, complexos, ambíguos e fluidos, significando rupturas, novas leituras e linguagens (ALMEIDA, 2008, p.33).

Ou seja, atualmente, devido às grandes mudanças que sofrem a sociedade, até mesmo pela globalização, e no Brasil, devido à sua formação epistemológica que já é pautada pela diversidade, as organizações naturalmente necessitam em sua base ser composta por diferentes culturas e mundos dentro de um ambiente só, pois é dessa maneira que podem se adaptar ao mundo que habitam seus clientes.

De acordo com Cox (1993), a diversidade cultural se divide, dentro das organizações, entre dois grupos, sendo eles: grupos de minorias e grupos de maioria. Para o autor, os primeiros são compostos por mulheres, negros, índios e pessoas que não tiveram acesso a educação durante sua trajetória de vida; enquanto que os grupos de maioria são constituídos por homens e brancos, que muito pelo contrário, tiveram acesso a melhores oportunidades educacionais e de ascensão profissional durante toda sua vida. Em termos de estrutura organizacional, para o

autor, os grupos de maioria estão alocados aos cargos mais elevados de uma organização, e os grupos de minorias, em verdade, lutam para serem inseridos sem preconceitos nessas organizações. No entanto...

[...] a competitividade capitalista avança com o desenvolvimento de novas tecnologias; por outros, com a reestruturação, flexibilização dos padrões de emprego e rotina de trabalho, e desconcentração do espaço físico produtivo, desencadeiam uma crescente redução do proletariado fabril, estável, desenvolvido na vigência do binômio taylorismo/fordismo. Resulta daí um enorme incremento dos excluídos e do 'subproletariado' fabril. O resultado é a criação de um setor, frequentemente denominado de trabalho precarizado, composto pelos 'terceirizados', subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas que proliferam em tantos cantos do mundo, às quais se candidatam muitas vezes os imigrantes (CARVALHO, 2010, p.29).

Assim, essas pessoas, constituintes dos grupos de minorias, por conta dos efeitos da sociedade capitalista, tendem a enfrentar ainda mais os vieses dos preconceitos, como também sofrem dificuldades para se inserirem com dignidade nas organizações. Para tanto, muitos autores defendem a necessidade de políticas de promoção da diversidade cultural e da gestão dessa diversidade no ambiente organizacional, com o intuito de despontar benefícios a essas organizações.

Cox e Blake (1991); Torres e Pérez-Nebra (2004) e Nkomo e Cox (2007) enfatizam que o estudo e a inserção da diversidade cultural nesses contextos são capazes de enfatizar os grupos de minorias, que são colocados à margem durante toda a história.

Portanto, a gestão da diversidade cultural surge para aumentar a eficácia e capacidade organizacional, atribuindo valor à diversidade dos funcionários que atuam nas organizações (KNOMO; COX, 2007). Mais especificamente, O'Mara (1994) listou as razões empresariais que levam à necessidade de gerenciar a diversidade cultural, são essas: (i) adicionar vantagem competitiva em recrutamento e retenção; (ii) melhorar a produtividade, qualidade, criatividade e satisfação dos grupos no trabalho, (iii) melhorar a qualidade do serviço ofertado ao consumidor e o marketing da empresa e (iv) reduzir a discriminação e o assédio sexual.

Por mais, Cox e Blake (1991) reforçam ainda mais essas razões na medida em que afirmam que a gestão da diversidade cultural pode contribuir para a eficácia organizacional, pois: (i) reduz o custo com rotatividade e absenteísmo, (ii) retém funcionários criativos e flexíveis à organização, (iii) incentiva a luta contra a discriminação, (iv) aumenta a capacidade de resolução de problemas e (v) diminui a rigidez do sistema administrativo.

Dessa maneira, reflete-se que se a sociedade não busca ver a diversidade como algo positivo e sinérgico que sucede das relações e comunicação humana, é então dever das organizações incentivar esse processo, não só para benefícios nos resultados das organizações, mas também para o desenvolvimento social como um todo, amenizando os pontos negativos que a globalização e o capitalismo também trazem. Logo, assim como a GC, a gestão da diversidade cultural é uma maneira de valorizar o ser humano e suas mais profundas expressões positivas.

Segundo Bouquehais:

Em síntese, os estudos sugerem que além da necessidade de se atentar para a importância que os valores de uma CO têm sobre as práticas de GC, é importante realizar a identificação da cultura ou subcultura prevalente em uma organização ou grupo. Disso decorre a necessidade da implementação de ações para a criação de um clima favorável, para a implementação de práticas de GC de sucesso nas organizações, contribuindo para a consecução dos objetivos organizacionais e aumento da satisfação dos colaboradores. (BOUQUEHAIS, 2017, p. 31)

É relevante discutir o papel da cultura em relação à criação e difusão do conhecimento. Wilson (1997) afirma que as diferenças culturais influenciam na transferência de informações no âmbito da inovação e na maneira como os indivíduos adquirem informações. Esta é uma perspectiva que aborda a cultura não apenas quanto às origens nacionais, mas também considera o estilo de vida e a questão do gênero.

O modo de ver o mundo e produzir e usar conhecimento para trabalhar pode ser influenciado por fatores culturais. Pode-se, portanto, estender os valores culturais de Hofstede, Pedersen e Hofstede (2002), para compreender as subculturas em um país, enfocando a perspectiva de gênero. Destaca-se que os atributos masculinos ou femininos não se restringem ao sexo, podendo ser adotados indistintamente por homens ou mulheres, ou mesmo por nações inteiras. Para os autores supracitados, os termos ‘feminino’ e ‘masculino’ são metáforas para diferenciar as culturas nacionais mais competitivas e agressivas, ditas masculinas, das mais orientadas a valores humanísticos, à igualdade, ao preservar e ao cuidar, ditas femininas. É preciso compreender as particularidades e os desafios enfrentados por indivíduos das distintas culturas, para que haja uma inclusão efetiva destes na organização. Igualmente importante é aproveitar as perspectivas culturais, transformando-as em valor para a organização.

Nonaka e Takeuchi (1997) afirmam que para a criação de novos conhecimentos, questão relacionada à inovação, deve haver certa redundância na disponibilidade de informações, ou seja, uma variedade de informações que considerem um tema por perspectivas distintas. Para

os autores são importantes as equipes multifuncionais, onde cada um traz sua visão sobre as questões, sobrepondo perspectivas que podem auxiliar numa visão holística do assunto.

Argumenta-se que, visto a importância da cultura na aquisição de informações e inovação, os membros da equipe possam explorar suas distintas perspectivas culturais para elaborarem soluções criativas e eficazes. Cada membro de cada cultura pode sofrer problemas que lhes são peculiares, ter modos igualmente peculiares de enfrentá-los, tendo ainda uma peculiar visão do mundo.

A questão do gênero é particularmente relevante, tanto por ser uma forma de compreender os atributos de uma cultura, segundo Hofstede, Pedersen e Hofstede (2002), quanto pela evidência que tem tomado no Brasil, mediante acalorados debates. Visto que um grande contingente de mulheres e homossexuais têm contribuído para o desenvolvimento das organizações brasileiras, é preciso dar-lhes voz, permitindo que participem na criação do conhecimento organizacional, trazendo sua visão de mundo, contribuindo, em última instância, para construir organizações e sociedade mais igualitárias.

Para Marchand, Kettinger e Rollins (2001) um dos principais desafios das organizações é encontrar meios de formalizar o conhecimento nas mentes de seus sujeitos organizacionais para o uso presente e futuro. Neste aspecto, as ferramentas tecnológicas desempenham importante papel, não só para intensificar os fluxos de conhecimentos, como afirma Pérez-Montoro-Gutiérrez (2008), mas como um espaço de debate democrático, em que os grupos marginalizados têm oportunidade de se expressar.

Lévy (1998) idealizou a chamada *ágora virtual*, um ambiente no *ciber* espaço onde os cidadãos poderiam fazer valer sua vontade de maneira direta, sem a necessidade de recorrer a representantes. Segundo o autor, a *ágora* era um espaço onde os cidadãos da antiga Grécia podiam resolver diretamente os problemas da comunidade, visto que eram relativamente poucos, excluindo escravos, estrangeiros e mulheres. Ainda na perspectiva do autor, o *ciber* espaço poderia se tornar um meio viável de participação democrática direta, devido ao grande número de cidadãos na contemporaneidade. Acredita-se que as redes sociais e as *wikis*, abordadas na seção 4.1, têm o potencial para concretizar essa visão, e que elas podem ser utilizadas pela organização como um âmbito onde todos possam expor suas perspectivas culturais. De fato, já se evidencia o uso das redes sociais para o ativismo das mulheres e dos indivíduos LGBT. Essa prática necessita ser, portanto, institucionalizada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa considerou a contribuição da diversidade cultural na GC. Não se trata especificamente da cultura organizacional, pois a contribuição desta última para a GC já é largamente discutida no âmbito acadêmico. Considerou-se, no entanto, a contribuição que os sujeitos organizacionais podem trazer ao conhecimento organizacional advinda de suas próprias perspectivas culturais pessoais. Considerando o modelo de valores culturais de Hofstede, Pedersen e Hofstede (2002), selecionou-se um atributo em especial: o gênero. Foram discutidas algumas características e desafios enfrentados pelas mulheres e indivíduos LGBT, inseridos em culturas, segundo a perspectiva apresentada por Semprini e Pelegrin (1999). Verificou-se que, embora os indivíduos dos grupos já mencionados estejam cada vez mais em evidência, os estudos que os relacionam com a GC são raros no âmbito acadêmico. Ademais, com o intuito de responder ao problema de pesquisa, considerou-se que a diversidade cultural, focando especificamente no gênero e grupos LGBT, pode ser considerada relevante como fator crítico de sucesso na GC. Isto é, sujeitos organizacionais com características distintas dentro de um ambiente organizacional pode ser fator potencial para o fomento de criação do conhecimento organizacional, no sentido em que diferentes culturas e perspectivas de vida formam diferentes tipos de conhecimento.

Discutiu-se ainda o papel imprescindível das ferramentas tecnológicas para o registro e a difusão do conhecimento. Sugeriu-se que a tecnologia, especialmente o *ciber* espaço, pode ajudar a criar um ambiente democrático para a expressão das diferentes perspectivas culturais, trazendo o ativismo que já acontece nas redes sociais para o âmbito da organização.

Assim, espera-se que os estudos considerando a GC e as questões de gênero se proliferem, visando atender a essa demanda. Como trabalhos futuros, sugere-se efetuar um estudo da GC considerando os demais valores culturais mencionados por Hofstede, Pedersen e Hofstede (2002) além do gênero: a identidade, a hierarquia, a verdade e a virtude.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.L.de C. A construção de sentido sobre “quem somos” e “como somos” percebidos. In: MARCHIORI, M (Org.). **Faces da cultura e da comunicação Organizacional**. 2. ed. São Paulo: Difusão, 2008.



ATKINSON, Emma. **Six ways to tackle the gender pay gap**. BBC News. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-37164297>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

BRAQUEHAIS, A. P; WILBERT, J.K.W; MORESI, E.A.D; DANDOLINI, G.A. O papel da cultura organizacional na gestão do conhecimento: revisão de literatura de 2009 a 2015. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, Número Especial, p. 80-93, mar. 2017.

CARVALHO, E. J.G. Educação e diversidade cultural. In: CARVALHO, E. J. G; FAUSTINO, R. C. (org.). **Educação e diversidade cultural**. Maringá: Eduem, 2010, p. 17-54.

COX Jr., T. **Cultural diversity in organizations: theory, research & practice**. San Francisco: Berrett Koehler, 1993.

COX JR., T; BLAKE, S. Managing diversity: implications for organizational competitiveness. **Academy of Management Executive**, v. 5, n. 3, p. 45-57, 1991.

DAVI, E. H. D. Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 141-161, Jan./Jun. 2011.

FURLANETTO, A.; OLIVEIRA, M. Fatores estratégicos associados às práticas de gestão do conhecimento, **Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 99-123, jan./jun. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOFSTEDE, G. J.; PEDERSEN, P. B.; HOFSTEDE, G. **Exploring culture: exercises, stories and synthetic cultures**. Boston: Intercultural Press, 2002.

interação entre empresas e a comunidade LGBT. Brasília, 2015. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração)– Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, 2015.

IRVINE, J. M. A place in the rainbow: theorizing lesbian and gay culture. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Org). **Social perspectives in lesbian and gay studies: a reading**. New York: Routledge, 1998. p.573- 588.

JANUZZI, C.S.C.; FALSARELLA, O. M.; SUGAHARA, C. R. Gestão do conhecimento: um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.97-118, jan./mar. 2016.

LÉVY, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LIPS, Hilary M. The Gender Pay Gap: Challenging the Rationalizations. Perceived Equity, Discrimination, and the Limits of Human Capital Models. **Sex Roles**, v. 68, p.169 –185, 2013.

MARCHAND, Donald A.; KETTINGER, William J.; ROLLINS, John D. **Information orientation: the link to business performance**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Atlas: São Paulo, 2017.

MENEZES, K.C; JOHANN, J; VALENTIM, P.P; SCOTT, P. Gestão do Conhecimento nas Organizações: uma aprendizagem em rede colaborativa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, Número Especial, p. 145-159, mar. 2017.

MOLINA, L. G. VALENTIM, M. L. P. Memória organizacional como forma de preservação do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 147-169, jul./dez. 2015.

NKOMO, S. M; COX Jr, T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S. R; HARDY, C; NORD, W. R (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais** (pp. 332-358). São Paulo: Atlas, 2007.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

O' MARA, J. Managing diversity. In: TRACEY, W. R. **Human Resources Management & Development Handbook**. New York: AMACON, 1994.

OLIVEIRA, R. R.; OLIVEIRA, R. R.; LIMA, J. B. Reflexão sobre a relação entre a mudança de cultura organizacional e a gestão do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 19-35, jan./jun. 2016.

PÉREZ-MONTORO-GUTIÉRREZ, Mario. **Gestión del conocimiento en las organizaciones: fundamentos, metodología y praxis**. Gijón: Trea, 2008.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade: ambições e limites**. Lisboa: Antropos, 2004.

SANTOS, V. C. B. ; YAFUSHI, C. A. P. . A Competência em Informação utilizada pelas organizações no contexto informacional e do conhecimento. In: **IV Seminário Hispânico-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade e IV Seminário de Competência em Informação**, 2015, Marília.

SEMPRINI, A.; PELEGRIN, L. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SIQUEIRA, V. V. S. B. **Comunidade LGBT: um levantamento das estratégias de**

SOUZA, L. P. P.; FERRARI, F. C. Estudo da aplicação de Aspectos da Gestão do Conhecimento no Desenvolvimento Ágil de Software. **Revista T. I. S.**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 59-67, jan./abr. 2015. Disponível em:
<<http://www.revistatis.dc.ufscar.br/index.php/revista/article/view/300/100>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

TORRES, C. V; PÉREZ-NEBRA, A. R. Diversidade cultural no contexto organizacional. In: ZANELLI, J. C; BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TRINDADE, E. P. Soluções de Gestão do Conhecimento para Pequenas e Médias Empresas – PME. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 6, Número Especial**, p. 189-203, jan. 2016.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2005. Disponível em: <www.ar.art.br/print/docs/diversidade.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendência Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, 2014.

WILSON, T. D. Information behavior: an interdisciplinary perspective. In: **Information Processing & Management**, v. 33, n. 4, p.551-572, 1997.

THE GENDER AS CULTURAL DIVERSITY IN BUSINESS: IMPACTS OF WOMEN AND LGBT'S IN KNOWLEDGE MANAGEMENT

***Abstract:** Contemporary organizations need information to create knowledge, as part of the learning process. In addition, the amount of knowledge produced by employees demands specific and strategic management, in order to store the knowledge for future recovery. This management depends on the valorization of information and knowledge as inputs for decision making, therefore, using its organizational culture to implement knowledge management. Thus, this paper proposes the following questions: can cultural diversity be considered a critical success factor for knowledge management? How can cultural diversity contribute to the implementation of knowledge management in organizations? It aims to reflect on cultural diversity in the organization as a critical success factor in knowledge management. In this research, the cultural diversity of organizations focuses on gender issues in the context of work. Therefore, it involves women and homosexuals in general. It is also discussed how technology can create a space for expression of cultural diversity. The methodology involves a literature review with an interdisciplinary approach, using works from the following areas: Administration, Information Science, Social Sciences and Economics. The results and discussions reveals that, although the issue of gender is increasingly present in society and in organizations, there is still little work relating gender and knowledge management. As final considerations, it is emphasized that the need for studies focusing on the aforementioned subject is urgent, for the construction of more inclusive organizations and societies.*

Keywords: Cultural diversity. Knowledge management. LGBT. Woman. Interdisciplinarity.

TECNOLOGIAS DE GÊNERO, MÍDIA E INSTITUIÇÕES MILITARES

Leonardo Tadeu Dos Santos¹ – SANTOS, L. T.- Leonardotadeu17@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração (CEPEAD)
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Juliana de Fátima Pinto² – PINTO, J. F. - jufapinto@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração (CEPEAD)
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

***Resumo:** O objetivo deste artigo é compreender como uma tecnologia de gênero – mídia eletrônica - re(constrói) discursos homofóbicos sobre instituições militares. Como arcabouço teórico, utilizamos as reflexões de controle do corpo, disciplina e sexualidade de Foucault (2009a; 2009b; 2009c; 2010), bem como estudos já feitos sobre a homossexualidade, mídia e instituições militares (LEITE, NETO, 2013; ROSA, BRITO 2010; DARDE, 2008). Como metodologia, empregamos a análise de discurso na vertente Francesa. Este trabalho visa contribuir para maior entendimento sobre instituições militares na perspectiva dos estudos organizacionais, visto que é uma temática pouco explorada nesse campo do conhecimento, e para reforçar estudos que afirmam que a mídia não é um espaço discursivamente neutro. Os resultados apontam que os conteúdos veiculados pela mídia re(produzem) discursos que reforçam ideias homofóbicos, padrões heteronormativos e modelam o comportamento dos militares.*

***Palavras-Chave:** Mídia. Homossexualidade. Instituições Militares. Controle*

¹ Mestrando em Administração no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD)

² Doutoranda em Administração no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD)

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história a sexualidade, no mundo ocidental, foi sendo construída com bases em ensinamentos cristãos. Segundo Leite e Santanna Neto (2013), o cristianismo condenava todas as atividades sexuais estéreis ou que não tivesse como objetivo a procriação. Dessa forma, o discurso construído sobre a homossexualidade estava atrelado ao pecado, ao proibido e ao não desejado pela sociedade.

Nesse sentido, Foucault (2009b) assevera que a sexualidade sofre um processo de silenciamento e controle a partir do século XVII, onde a sexualidade “muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca e absorve-a como função única de reprodução”. Esse processo de mudança ocorrido em relação às sexualidades está, fortemente, ligado ao discurso construído.

Segundo Boje, Oswick e Ford (2004), o discurso pode ser entendido como uma ação que está para além da linguagem como apenas o ato de descrever e relatar a realidade. O discurso nos permite entender importantes elementos da linguagem, tais como: de que forma, porque, quando, como e aonde. Sendo esses elementos importantes para o entendimento do contexto e da construção desses discursos.

Os mais diversos discursos se encontram espalhados e entrecruzados na sociedade e de maneira fluida e circulam entre grupos, sujeitos e organizações. A produção e circulação dos discursos ocorre por meio dos sujeitos e suas interações. Segundo Feenberg (2003), as tecnologias se tornam bases para novas crenças, ou seja a mídia é uma importante difusora de discursos na sociedade. Por meio de seu grande alcance, essa tem o poder de (re)produzir discursos que podem (des)legitimar situações, crenças e costumes. É importante pensar, também, a relação da mídia como tecnologia que influencia em questões de gênero (PEREIRA, 2009).

Dessa forma, o objetivo deste artigo é compreender como uma tecnologia de gênero – mídia eletrônica - re(constrói) discursos homofóbicos sobre instituições militares. Como suporte teórico, serão utilizados estudos de Foucault (2009a; 2009b; 2009c; 2013) e Leite e Santanna Neto (2013); Rosa e Brito (2010); Darde (2008), compreendendo aspectos da sexualidade, mídia e instituições militares. Este estudo contribui para o maior entendimento das

organizações militares e para apontamentos sobre a filosofia da tecnologia e tecnologia de gênero.

Analisar o conteúdo da mídia eletrônica sobre a homossexualidade nas instituições militares é relevante visto que as narrativas são uma forma de ocupar o imaginário das pessoas e de reforçar ideias hegemônicas. A temática se torna interessante também por, segundo Schmitt, Costa e Neto (2012), a administração em ambientes militares ser pouco estudada e debatida em estudos científicos da administração.

Apesar de muitos pontos em comum, as ciências militares e administrativas têm sido pouco estudadas de maneira conjunta. Schmitt, Costa e Neto (2012) chamam atenção para as carências de estudos sobre estratégia, processos, operações e inovações. Entretanto, sequer são citados estudos organizacionais sobre instituições militares. Nessa seara, ressaltamos a necessidade de estudos organizacionais sobre essas instituições.

A metodologia usada para a análise das reportagens foi a análise do discurso na vertente francesa. Foram considerados os trechos das reportagens selecionadas, buscando analisar o seu caráter sócio-histórico e o seu contexto (PÊCHEUX, 2008). É importante destacar que levou-se em consideração as condições sociais de produção, dos discursos presentes no texto e aspectos ideológicos expostos.

O artigo se estrutura da seguinte forma: essa introdução, um tópico que discute a disciplina dentro de instituições militares, um tópico sobre tecnologias de gênero, seguidos das análises e considerações finais.

2. DISCIPLINA, CORPOS E INSTITUIÇÕES MILITARES

A disciplina dos corpos em ambiente militares é entendida como questão central para esse tipo de instituição, visto que para exercer a sua função de proteger seria necessário um contingente de militares aptos para seguir regras e executar as suas tarefas. Entretanto, a disciplina dos corpos em ambientes militares está para além de um simples direcionamento nas suas tarefas do serviço.

A disciplina militar usa de técnicas e mecanismos para incutir nos militares padrões de comportamentos, para que seja possível manter uma previsibilidade dos corpos. Uma das formas de influenciar e exercer poder dentro de organizações é o discurso. Segundo Silva (2008), existem mecanismos e práticas de poder que constroem discursos que moldam, normatizam e disciplinam os corpos e os sujeitos dentro de instituições.

É importante destacar que essas técnicas de controle têm a utilidade de manter uma estabilidade nas relações sociais, de manter os corpos obedientes e dóceis. Segundo Niemeyer e Kruse (2008), essas técnicas possibilitam o controle e, conseqüentemente, a docilidade-utilidade dos corpos. Nesse sentido, o corpo humano se torna obediente e útil pois o controle o delimita. Os mecanismos e técnicas de controle têm a capacidade de vigilância, normatização e de utilizar os corpos ao máximo para realização do que se julga necessário.

No contexto de instituições militares,

Ocorre a transformação do civil em militar por meio de um atributo cultural, que envolve: questões de formalização, hierarquia e disciplina; organizando sua dinâmica de relações sociais e produzindo indivíduos altamente previsíveis, com reações condicionadas ao que é tido como certo. No ponto de vista de oficiais, a denominada dominação é interpretada como padronização de comportamentos, perspectiva que encontra amparo no contexto da burocracia.(SCHMITT; COSTA; NETO, 2012, p.05).

Essa disciplina e esse controle podem ser percebidos também pelas fardas, uso de filas indianas, treinamento pesado para seleção dos militares, forte hierarquização dos cargos e todo um aparato de símbolos e ações que são socializados e ensinados dentro das instituições. Um dos mecanismos de controle e disciplina mais eficientes e com maior capacidade de naturalizar é o discurso (ROSA; BRITO, 2010).

A construção social desses discursos e dos corpos em instituições militares, segundo Rosa e Brito (2010), ocorre por meio de mecanismos de controle e socialização que induzem comportamentos morais, sociais. A socialização de símbolos, práticas, normas e costumes acabam sendo internalizadas como naturais e causam um auto-controle sobre os corpos dos sujeitos que se encontram nesse contexto.

Assim, segundo Pinho (1998), a genealogia foucaultiana considera uma modalidade de poder que mede, corrige, hierarquiza, e torna possível um saber sobre o indivíduo. Miskolci (2006) ressalta que para além dos corpos padronizados existem, também, subjetividades que são controladas e moldadas.

Considerando a construção sócio-histórica do discurso e a sua capacidade de disciplinar os sujeitos, é possível dizer que os discursos também permeiam os comportamentos sexuais. Como discutido na introdução, os discursos sobre os comportamentos sexuais foram construídos com base em ensinamentos cristãos e, por isso, a homossexualidade foi entendida como um pecado.

Foucault (2009b) buscou analisar a sexualidade e suas relações de poder por meio dos corpos, entendimento dos prazeres, da formação dos conhecimentos, de controles, resistências e do discurso que o dispositivo da sexualidade se fez e faz presente nas sociedades. Por dispositivo da sexualidade, segundo Foucault (2009b), pode ser entendido mecanismos como discursos, leis, regulamentações, elementos ditos e não ditos, costumes e crenças que enquadram e dão previsibilidade a comportamentos sexuais.

Segundo Butler (2008), quando o sexo se apresenta como uma fonte de poder ele se torna objeto de discursos. Esses discursos são, múltiplos, hierarquizados, articulados, normatizados e se apresentam como verdades. Nesse sentido, destaca-se o poder presente no dispositivo da sexualidade.

Visto que a sexualidade é, também, uma prática em que o poder está presente, Foucault (2009a) discute alguns mecanismos que estão ligados ao discurso da sexualidade. Segundo o autor, um dos principais mecanismos de poder é a interdição. Esta pode ser entendida como procedimentos que dão vozes e visibilidade a alguns sujeitos e silenciam outros. Ou seja, alguns discursos são legitimados a ponto de serem entendidos como uma verdade. A legitimação de alguns discursos e não de outros causam, conseqüentemente, lugares de fala que são hegemônicos

Partindo do pressuposto que a mídia eletrônica é uma tecnologia de gênero (PINAFLI, 2011; DE LAURETIS, 1994; PEREIRA 2009), indaga-se como essa representa a homossexualidade em instituições militares. Para embasar o nosso questionamento, discutimos o assunto proposto no próximo tópico.

3. TECNOLOGIAS DE GÊNERO

A mídia e o campo jornalístico ocupam um lugar de fala legitimado e contribuem para a definição de papéis, de produção e manutenção de discursos e afirmações de valores (DARDE, 2008). Grande parte da mídia produz e reforça discursos históricos e, conseqüentemente, o seu discurso está imerso de preconceitos, julgamentos e crenças que se encontram na sociedade. Segundo Darde (2008), partindo do pressuposto que a mídia contribui para reforçar os valores dominantes da sociedade ela contribui para a manutenção do *status quo*.

Para entender melhor a capacidade da mídia de influenciar crenças e comportamentos, é necessário entender o conceito de filosofia da tecnologia. Segundo Feenberg (2003), a filosofia da tecnologia nos ensina a refletir sobre o que tomamos como certo e a sua relação com as tecnologias sociais e tecnológicas. O autor explica que existem correntes que acreditam que a tecnologia (a técnica, o modo de fazer, produzir, ser e ter) é neutro e, em contraponto, existem correntes que acreditam que não existe neutralidade na tecnologia.

Assumindo que a tecnologia não é neutra, De Lauretis (1994) foi pioneira a fazer a associação entre tecnologia e gênero, surgindo daí o conceito de tecnologia de gênero. A tecnologia de gênero pode ser entendida como representações, auto representações e discursos sobre gêneros e sexualidades que são produtos de diferentes tecnologias, como o cinema, a TV, o rádio e etc.

Segundo Foucault (2009a), as formas de discursos expressam saberes e exercem poderes. Os discursos, quando proferidos e posicionados socialmente, apresentam uma “vontade de verdade” que são capazes de legitimar e/ou deslegitimar costumes, fatos, sujeitos e situações. Os discursos têm, também, como poder a capacidade da criação dicotômica entre o que é verdade e falso, o que pode sustentar um sistema de exclusão ou inclusão (LEITE, 2015).

Nesse sentido, a mídia é uma construtora de imagem simbólica na sociedade (GREGOLIN, 2003). Sendo a mídia uma construtora e veículo de símbolos, essa mesma mídia é capaz de construir e legitimar regimes de verdades para grandes massas, e acabam reforçando hegemonias históricas. Segundo Leite (2015), a repetição é um mecanismo que nos ajuda a compreender como a mídia é capaz de incutir certos valores, ideias, preconceitos e visões de mundo em seus seguidores.

Segundo Soares (2006), a homossexualidade foi historicamente silenciada. O silenciamento da homossexualidade não causou apenas uma marginalização dos homossexuais em uma sociedade heteronormativa, causou também uma constituição da homossexualidade como um verdadeiro crime e patologia. Sendo esses discursos sustentados, durante anos, pela medicina e pelas igrejas cristãs.

Tendo em vista que a mídia reforça hegemonias históricas, é possível afirmar que desde sempre a homossexualidade foi exposta e retratada de maneira estigmatizada e inferiorizada (LEITE, 2015). É importante destacar que, desse fato, decorre uma questão histórico-discursiva da homossexualidade que foi construída ao longo dos séculos e que ecoam nos discursos atuais.

A representação da homossexualidade, muita das vezes, está atrelada a programas humorísticos, personagens periféricos e sempre ligados a papéis pejorativos. Essa associação entre personagens “cômicos” e homossexualidade reafirma, a todo momento, o lugar secundário e a posição inferiorizada que os discursos colocam esse grupo na sociedade.

A mídia jornalística também conta com programas formais como telejornais, programas de debates e encontros em que a homossexualidade é tratada de maneira pejorativa e, até mesmo, como uma patologia. Assim sendo, esses discursos fazem com que a homossexualidade se torne um desvio, uma deturpação da “ordem natural”, perversão, imoralidade e pecado.

Segundo Foucault (2009a), existem procedimentos de exclusão que estão incutidos nas relações sociais. Entre esses procedimentos e mecanismos, segundo o autor, pode-se destacar a interdição. A interdição pode ser entendida como mecanismo de controle e vigilância que são capazes de ditar padrões comportamentais, disciplinar e direcionar ações.

A interdição, presente no discurso, passa por um processo de naturalização. Segundo Darde (2008):

Essa perspectiva naturalizante dos sujeitos e dos comportamentos sociais por parte da mídia é o eixo que norteia a construção de sentidos sobre a representação das relações de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea. Mais do que isso, ela se funda num padrão normativo ocidental hegemônico- a heteronormatividade- que, além de partir do pressuposto da heterossexualidade compulsória, hierarquizar e atribuir valores dos sujeitos, as feminilidades, as masculinidades, aos arranjos sócio-afetivos e familiares, a sexualidade e as relações de poder. É através do conceito de heteronormatividade que entendemos estarem fundados os valores-notícia responsáveis pela produção de discursos e sentidos sobre comportamentos individuais e grupos na sociedade pela mídia.

Tendo em vista o poder discurso da mídia, é importante ressaltar que a mídia eletrônica vem ganhado espaço entre os meios de comunicação. Com o advento da tecnologia a internet ganhou um grande espaço de veiculação de notícias, informações e conhecimentos. Os estudos sobre a mídia, tradicionalmente, estão voltados para jornais, televisão e rádio.

Assim, este estudo busca compreender como uma tecnologia de gênero – mídia eletrônica-re(constrói) discursos homofóbicos sobre instituições militares. É importante ressaltar que a mídia eletrônica é composta por centenas de *sites e blogs*. Entretanto, nessa pesquisa, focou-se nas reportagens encontradas pela pesquisa da palavra “homossexualidade” e “instituições militares” na barra de pesquisa de navegadores da internet.

4. METODOLOGIA

O ponto inicial para a realização desta pesquisa foram as notícias veiculadas na mídia eletrônica sobre a homossexualidade dentro de instituições militares. O objetivo foi identificar de que forma as reportagens veiculadas na internet tem abordado a homossexualidade dentro de instituições militares e identificar como práticas discursivas da mídia reforçam ideias hegemônicas. Visto que o estudo busca entender a representação de sujeitos e relações sociais, optou-se por um estudo qualitativo. A opção pela metodologia qualitativa, pois Segundo Creswell (2007) possibilita aprofundar o conhecimento sobre determinado assunto.

A instrumentalização da pesquisa aconteceu por meio da coleta documental secundária de reportagens na internet. As reportagens foram selecionadas, durante o mês de julho de 2017, por meio da pesquisa das palavras “homossexualidade” e “instituições militares” no campo de busca de navegadores da internet. Foram selecionadas as cinco primeiras reportagens de caráter jornalístico sobre homossexualidade e instituições militares. As reportagens são dos jornais online: G1, Carta Capital, Veja, Alagoas 24 horas e UOL e foram publicadas no período entre setembro de 2009 e junho de 2016. Por questões de espaço, serão apresentadas apenas as partes das reportagens que foram analisadas. No intuito de entender melhor o contexto do discurso das reportagens estudadas, optou-se pelo uso da análise do discurso na vertente francesa. A análise do discurso da vertente francesa tem como objetivo principal a

articulação entre o linguístico e o social, considerando as instituições nas quais o discurso é produzido e que, por sua vez, o delimitam; os embates históricos que se evidenciam nesse terreno fluído; e o espaço próprio de cada discurso e a sua relação com outros discursos (BRANDÃO, 2002).

Vale ressaltar que foram analisadas as falas dos entrevistados e também frases escritas pelo próprio jornal. Optou-se em analisar os dois discursos devido ao entendimento de que o conteúdo veiculado passa por uma análise e edição do próprio jornal. Dessa forma, este estudo não diferenciou discursos.

Destaca-se como dificuldade do estudo a escassa literatura sobre instituições militares e estudos organizacionais. Devido a isso, foi necessário estabelecer um diálogo interdisciplinar com áreas como a Letras e a Sociologia. Outro ponto dificultador é que os navegadores de internet direcionam as pesquisas conforme o perfil do navegante, dessa forma a pesquisa das reportagens feitas pelos autores podem encontrar outros resultados/ordem para outros navegantes.

4.1. Reportagens

Presente nas reportagens analisadas, a homofobia é uma prática recorrente e facilmente percebida pelos militares e por pessoas que estão fora da instituição. Os discursos veiculados nas reportagens selecionadas revelam sofrimentos, uma alta frequência de discriminação com militares homossexuais, expulsão da corporação devido à orientação sexual e declaração de que gays “dentro do armário poderiam ser tolerados”:

(1) Queríamos que a Marinha mudasse as regras e que outros militares pudessem ser beneficiados sem ter que sofrer o que sofremos. Por isso optamos por brigar internamente, fazer a Marinha mudar, em vez de buscar o meio judicial, diz Claudio, que é ativista LGBT e superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

(2) A cada mês, de quatro a cinco militares denunciam abusos homofóbicos ao Instituto Ser de Direitos Humanos e da Natureza, cuja função é combater a homofobia nas Forças Armadas. A informação é do fundador do instituto, o ex-sargento do Exército Fernando Alcântara Figueiredo, que já sentiu na pele o preconceito da instituição. Seu caso remonta a 2008, ano em que ele assumiu seu relacionamento gay com o também militar Laci Marinho de Araújo, posteriormente acusado de deserção e expulso da corporação.

(1) Foram vários "não" ouvidos até setembro de 2011, quando a Marinha os comunicou que o cadastro de união estável era possível. Quando solicitamos a equiparação de direitos à Marinha, um oficial nos disse que éramos loucos, que os militares nunca reconheceriam um casal gay, lembra Claudio.

Na análise das reportagens percebemos que um discurso rotineiro e que, muitas vezes, é entendido como uma atitude de respeito e tolerância, mas na verdade é preconceituoso é a “necessidade de ser discreto” ou o aconselhamento a buscar outras profissões. A busca do silenciamento, da discrição é uma forma de “abafar” a homossexualidade nas corporações:

(4) O almirante Álvaro Luiz Pinto fez um paralelo com um teólogo francês que defendia que a igreja podia ter gays, desde que eles seguissem o voto de castidade: ou seja, se o militar não externasse ser homossexual, não haveria problema.

(4) O general Raymundo Nonato de Cerqueira Filho foi mais direto: Se ele é assim, talvez tenha outro ramo de atividade que possa desempenhar. Não vejo que seja compatível. Há vários casos estudados da Guerra do Vietnã que mostra que ele perde o comando, a tropa não obedece ao indivíduo desse tipo.

O reconhecimento de práticas homofóbicas e discriminatórias nos leva a um assunto de extrema importância: a permanência dos militares gays em seus locais de trabalho. Assegurar a simples entrada não é suficiente, precisa-se criar mecanismos que torne a permanência possível:

(2) a aceitação de homossexuais não basta para acabar com o preconceito dentro da instituição. "O ambiente militar, mesmo nos países que aceitam homossexuais, segue sendo muito conservador. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde as Forças Armadas aceitam gays e mulheres, há casos gravíssimos de estupro contra oficiais do sexo feminino e gays que são omitidos

Em 2014, a deputada federal Maria do Rosário do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (PT/RS), propôs o Projeto de Lei nº 7582/2014 que propunha a criminalização da homofobia e crimes de ódios contra grupos de migrantes e religiosos. O projeto de lei previa também mudanças nas regras de seleção de soldados para instituições militares, permitindo a entrada de homens gays. Houve uma enorme repercussão negativa na mídia:

(2) O Exército se manifesta contra projeto que torna crime preconceito contra gays, alegando que traria efeitos negativos para a instituição.

(2) Mesmo fora das Forças Armadas, o casal que se assumiu foi condenado à prisão pela Justiça Militar com base em crimes de ofensa e deserção. Atualmente, aguardam em liberdade por terem recorrido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É um absurdo sermos julgados por um código militar ultrapassado, que condena pessoas por sua orientação sexual, relata o ex-sargento Figueiredo.

(5) O temor dos militares é que, com o avanço de leis que combatam a discriminação de gênero, tenham que aceitar homossexuais em seus quadros.

Em meio a um cenário altamente conservador e homofóbico, é possível afirmar que existem pequenos avanços progressista nas instituições militares brasileiras. Seguindo os passos de outros países, o Brasil já realizou algumas mudanças no regimento interno e alguns casamentos já foram reconhecidos. Ainda são poucos discursos que se mostram favoráveis, todavia destaca-se que a discussão tem ganhado corpo:

(1) Levantamento realizado pelo Ministério da Defesa a pedido do **G1** aponta que as Forças Armadas registram ao menos 30 militares gays e lésbicas, que tiveram os cônjuges oficialmente reconhecidos como dependentes, garantindo acesso aos sistemas de saúde, de moradia e previdenciário. A tendência é que, agora, o registro de soldados homossexuais nos quartéis deva aumentar. Isso porque a Marinha já alterou as normas internas, acabando com termos como “mulher” ou “marido” e admitindo os dependentes apenas como “cônjuges”.

(1) O maior número é registrado na Marinha: são 26 militares, 23 deles apresentaram declaração de união estável e outros três, certidão de casamento. Já o Exército registra três pedidos, enquanto que a Aeronáutica diz que não é possível fazer um levantamento, pois o sistema de registro não faz essa distinção. Pelo menos um caso é confirmado: em abril, a FAB reconheceu como dependente o marido de um sargento homossexual que é controlador de voo no Recife (PE).

Um caso concreto desses avanços e aberturas de espaço para homossexuais em instituições militares é o primeiro casamento de farda entre policiais militares do Rio Grande do Sul que ocorreu em 2016. Após o pedido as autoridades militares, os soldados conseguiram o reconhecimento.

(4) Roberto Ortiz, tenente-coronel e comandante de Miguel no 1º Batalhão de Patrulhamento de Áreas de Fronteira (BPAF), encaminhou o pedido do soldado com mais agilidade após as expressões de homofobia. O coronel Alfeu Freitas Moreira, comandante geral da BM, também deu aval ao pedido.

(4) Embora já tenha sentido uma discriminação "velada" por parte de colegas nos tempos em que trabalhava na cidade de Alvorada, ele diz que em Uruguai sua orientação sexual e seu casamento são vistos com naturalidade. “Na cidade, todo mundo sabe que eu sou gay. Nunca vi nada hostil da parte da comunidade. Quando faço abordagens, eu sou o soldado Martins.

Alguns discursos encontrados nas reportagem reforçam a teoria de que a mídia (re)produz discursos homofóbicos, dessa maneira, perpetuam práticas e crenças preconceituosas. É importante reforçar os argumentos de Leite e Santanna Neto (2013), Rosa e Brito (2010) e Darde (2008), de que a mídia não é neutra ao veicular suas matérias. Entretanto, é importante ressaltar que também foram encontrados discursos progressistas e de reconhecimento aos direitos de militares homossexuais. Dessa forma, percebe-se que a mídia apresenta uma variedade de discursos sobre a temática, que hora reforça preconceitos e hora os desconstrói.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi compreender como uma tecnologia de gênero – mídia eletrônica - re(constrói) discursos homofóbicos sobre instituições militares. A partir do referencial teórico e das reportagens coletadas e analisadas, pode-se perceber a presença de um discurso conservadores e progressistas. Foi encontrado fragmentos homofóbicos e que reforçam os estimas da homossexualidade. Todavia, discursos e práticas progressistas também foram encontrados. Dessa forma, os dados corroboram com a teoria de que a mídia não é neutra.

O discurso das reportagens analisados evidencia a discriminação, violência e sofrimento que os militares gays estão sujeitos dentro de suas instituições de trabalho. As reportagens também são fontes que comprovam, por meio de declaração das autoridades militares, que existe uma resistência quanto às mudanças de leis e normas que insiram e/ou aceite a homossexualidade nas corporações.

Para além da resistência às mudanças de leis favoráveis a militares gays, está o discurso que valoriza a discríção, a masculinidade e que “gays discretos são mais adequados ao ambiente militar”. Um discurso muitas vezes entendido como tolerante, na verdade, não passa de uma reafirmação práticas preconceituosas, homofóbicos e heteronormativas.

Outro discurso encontrado é o de que militares gays que abdicam de sua sexualidade se adaptaria melhor ao ambiente militar. A abdicação de sua vida sexual representaria a masculinidade e a manutenção da ordem dentro das corporações. Entretanto, é evidente que esse posicionamento é uma forma de controlar a vida sexual de pessoas que não estão dentro do “padrão”.

Dentro desse cenário, é fundamental repensar a mídia como tecnologia de gênero. Ressalto que é necessário um esforço da mídia e da sociedade em trabalhar em conjunto para que as diversidades sejam respeitadas. E, principalmente, que a o discurso da mídia seja em respeito a diversidade e ao empoderamento de grupos oprimidos e não um discurso que deslegitime a luta e os movimentos sociais.

Por fim, conclui-se que os discursos encontrados reforçam os estudos de (LEITE, NETO, 2013; ROSA, BRITO 2010; DARDE, 2008; DE LAURETIS, 1994; PEREIRA; 2009; PINAFI, 2011) ao afirmarem que a mídia reproduz discursos sobre a homossexualidade de

maneira estigmatizada, como algo que deve ser escondido, silenciado e evitado dentro dos ambientes militares.

REFERÊNCIAS

BOJE, D. M.; OSWICK, C.; FORD, J. D. Language and organization: the doing of discourse. *Academy of Management Review*, v. 29, n. 4, p. 571-577, 2004.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 7.582/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BUTLER, J. Inversões sexuais. In: PASSOS, I. C. F. (org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 91-108 2008.

CRESWELL, J. A. J. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DARDE, V. W. S. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. *Em Questão*. Porto Alegre, v.14, n.2, p. 223-234, 2008.

DE LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

FEENBERG, A. (2003). **O que é a filosofia da tecnologia?** Disponível em: <www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/oquee.htm>. Acesso em: 10 de jan. de 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2009b.

_____. **Microfísica do poder/Michel Foucault**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2009c.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOVERNO prevê embate com militares na luta por direitos dos gays. **Alagoas 24 horas**. Maceió, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/515924/governo-preve-embate-com-militares-na-luta-por-direitos-dos-gays>>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

GREGOLIN, R. M. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, p. 95-110, 2003.

LEITE, E. S. O discurso da mídia e a homossexualidade. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 24, n. 48, p. 257-281, 2015.

LEITE, E. S.; SANTANNA NETO, J. A. (2013). O discurso da mídia sobre a homossexualidade nas instituições militares. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 441-463, 2013.

LIMA, M. Polêmica sobre militares gays no Senado. **Veja**. 22 fev. 2017. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/polemica-sobre-militares-gays-no-senado/>. Acesso em 13 jul. de 2017.

MISKOLCI, R. Life as a Work of Art: Foucault, wilde and the aesthetics of existence. In: **TRAJECTORIES OF COMPLICITY AND COMMITMENT: POLITICS, KNOWLEDGE, CULTURAL PRODUCTION**, 2006, Amsterdam. **Anais: Cultural Production**, 2006. v. 1. p. 42-48.

NIEMEYER, F; KRUSE, M. H. L. Constituindo sujeitos anoréxicos: discursos da revista Capricho. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 3, 2008, p. 457-65.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PELLEGRINI, M. Direitos LGBT: do que os militares têm medo? **Carta Capital**, 14 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/direitos-lgbt-do-que-os-militares-tem-medo-8168.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

PEREIRA, P.edro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485-505, Aug. 2009.

PINAFI, Tânia. et al. Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento. Bagoas, Rio Grande do Norte, v.5, n.6, jan./jun. 2011. Disponível em: . Acesso em 28 out. 2017

PINHO, L. C. “As tramas do discurso”. In: CASTELO BRANCO, G.; BAËTA NEVES, L. F. (Org.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência**. Londrina/Rio de Janeiro: Nau, 1998, v., p. 183-192.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. “Corpo e alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 194-211, 2010.

SCHMITT, V. G. H; COSTA, R. P.; MORETTO NETO, L. Desvendando a Administração em Ambientes Militares. **Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 1-15, 2012.

SILVA, M. V. P. D. Controle e normalização: Michel Foucault e a relação entre corpo e poder. **Domus On Line**, Salvador, v. 3, p. 87-98, 2008.

SOARES, A. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. 2006. 235p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SPERB, P. PM gaúcha libera, e soldado será o 1º gay a casar de farda em 178 anos. **Folha Uol**, Porto Alegre, 3 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1777925-pm-gaucha-libera-e-soldado-sera-o-1-gay-a-casar-de-farda-em-178-anos.shtml>>. Acesso em 13 de julho de 2017.

STOCHERO, T. Forças Armadas têm 30 militares homossexuais reconhecidos. **Globo G1**, São Paulo, 28 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/forcas-armadas-ja-contam-com-30-militares-homossexuais-reconhecidos.html>>. Acesso em: 13 de jul. de 2017.

TECHNOLOGIES OF GENDER, MEDIA AND MILITARY INSTITUTIONS

***Abstract:** The purpose of this article is to understand how a technology of gender - electronic media re (constructs) homophobic discourses about military institutions. As a theoretical framework, we use Foucault's (2009a; 2009b; 2009c; 2010) body, discipline and sexuality reflections, as well as studies on homosexuality, media and military institutions (LEITE, NETO, 2013, ROSA, BRITO 2010; DARDE, 2008). As a methodology, it was used French Discourse Analysis. This paper aims to contribute to a better understanding of military institutions in the perspective of organizational studies, considering it is a topic not explored in this field of knowledge, and to reinforce studies that affirm that the media is not a discursively neutral space. The results point out that media content re (produce) discourses that reinforce homophobic ideas, heteronormative patterns and model the military behavior.*

Keywords: Media. Homosexuality. Military Institutions. Control

SOCIEDADE EM REDE: UM ENSAIO A PARTIR DO FEMINISMO ANTICAPITALISTA

Vanessa Nesbada Gil¹ – nessagil@gmail.com

Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós Graduação em Educação
Av. Unisinos, 950 – Cristo Rei

CEP: 93022-750 – São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil

Camile Pegoraro² – camilepegoraro@gmail.com

Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós Graduação em Educação
Av. Unisinos, 950 – Cristo Rei

CEP: 93022-750 – São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil

Danilo Romeu³ – streckdr@gmail.com

Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós Graduação em Educação
Av. Unisinos, 950 – Cristo Rei

CEP: 93022-750 – São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil

***Resumo:** O presente ensaio busca discutir, ainda que brevemente, a relação entre técnica, tecnologia e patriarcado. Inicia definindo a forma como se entende tal conceito, bem como a razão pela qual é utilizado na sociedade atual. A seguir discute a violência e sua relação com patriarcado e capitalismo e conclui com uma análise dialética da tecnologia como instrumento de dominação e luta anticapitalista.*

***Palavras-chave:** Técnica. Tecnologia. Patriarcado.*

1. INTRODUÇÃO

O patriarcado baseia-se na divisão sexual do trabalho, construindo-se a partir da escravidão feminina em processos históricos religiosos de transformação "das deusas" em "O Deus", que constituem as três grandes religiões. Ao atravessar os diferentes modos de produção, o

¹ Doutoranda em Educação

² Doutoranda em Educação

³ Professor

patriarcado impregnou-se no inconsciente da humanidade e até hoje constitui nossas identidades e modos de pensar, mesmo que dele não tenhamos consciência (LERNEU, 1990). Assim, para muitas pesquisadoras feministas (SAFIOTTI, 2004, HIRATA, 2010, FARIA, 2005), o patriarcado continua a ser condicionante nas relações sociais e seu uso deve ser retomado pelas teóricas contemporâneas, reconhecendo-o como um fenômeno estruturante da sociedade capitalista. Não é possível separar a dominação patriarcal do sistema de exploração capitalista porque “não existe um processo de dominação deparado de outro de exploração” (SAFFIOTI, 2015, p. 138)

Compreendemos patriarcado como uma forma de dominação masculina disseminada nas diferentes instituições sociais que atribuem ao homem o poder sob todas as formas, sobre todas as posses, incluindo as mulheres e as crianças. É uma ideologia que, através da socialização, naturaliza relações de opressão historicamente construídas. Como ressalta Saffioti (2004, p.101), “além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive mulheres”, e logo em seguida define o patriarcado como “um regime que se ancora em uma maneira de os homens assegurarem-se para si mesmos e para seus dependentes, os meios diários para a produção e reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, p.105).

Ancorado na divisão sexual do trabalho, o patriarcado perpetua a concepção de lugares hierárquicos para homens e mulheres e torna a todos e todas fiscalizadores dessa divisão. Além disso, é, por definição, misógino, pois desvaloriza o trabalho culturalmente feminino, valorizando aqueles com características masculinas. Essa hierarquização sustenta a desvalorização do salário pago pelo trabalho das mulheres em relação ao que é pago aos homens, em todas as profissões. Como o magistério, principalmente, que responde pela Educação Básica, uma profissão da qual se ocupam majoritariamente as mulheres; as professoras recebem baixos salários que nem sempre respondem por suas necessidades familiares.

Somos educadas/os pelas mais diversas instituições e pela cultura patriarcal a hierarquizar as atividades humanas, chegando a conferir estereótipos que extrapolam as características sexuais e, de fato, assumem características de gênero. Ou seja, não é o sexo de quem executa o que é destacado, mas a relação social de gênero assumida e, a partir daí, será considerado masculino

ou feminino. Podem ser citados como exemplos, tanto o caso da educação infantil (CARVALHO, 1999), como os trabalhos dos cuidados ou *Care* (HIRATA, 2010). Nesse caso, tanto uma área como a outra foram feminizadas e, em geral, desvalorizadas.

Na mídia, as mulheres são expostas como mercadorias; seus corpos são tidos como territórios masculinos que podem ser ocupados a qualquer momento. As propagandas de cervejas, de carros e tudo o que se relaciona com o masculino, em geral, trazem alguma relação com a dominação do corpo feminino. Conforme, Largarde (2010), o corpo da mulher não é um corpo para si, mas um corpo para o outro. O capitalismo, ao aliar-se ao patriarcado, seu parceiro fundamental, trata o corpo e a vida das mulheres da mesma forma como trata a natureza, como trata os territórios, ou conhecimentos, técnicas e tecnologias, ou seja, como uma fonte inesgotável de lucro.

A sociedade capitalista é violenta por si mesma. Baseada no individualismo, na exploração do trabalho, está na sua constituição e forma de organização ser agressiva. Impõe a fome, destrói culturas, territórios, fomenta a indústria bélica, sobrevive e se reorganiza através de guerras. Não é privilégio do capitalismo, pois assim como o machismo, a violência existia nos modos de produção anteriores. Entretanto, ela agora é base do sistema. Dominar, explorar, apropriar, expandir, tudo isso é fundamental para que o capitalismo sobreviva e, para isso, é essencial dividir homens e mulheres diminuindo a força que juntos poderiam ter na luta contra as diversas modalidades de exploração e dominação. Entretanto, essas violências não são sentidas por homens e mulheres da mesma forma. As mulheres estão expostas à violência sexista, ou seja, uma violência que sofrem pelo fato de serem mulheres.

[...] No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. (SAFFIOTI, 2001, p.115).

Saffioti (2001) afirma que os homens possuem, enquanto grupo social, um projeto que deve ser chamado de dominação-exploração. Entretanto, as mulheres, também enquanto grupo social, não possuem nenhum projeto para dominar os homens, ainda que, muitas vezes, a elas seja delegada a função de desempenhar o papel patriarcal, especialmente em relação a crianças e

adolescentes. O poder de dominação feminino sobre as crianças, entretanto, é um poder delegado pelos homens e não produzido por elas. O poder de mando e opressão se produz na relação com o macho e não por uma ideologia de superioridade entre mulheres. Elas atuam através da ideia de poder masculino, assumindo características do gênero masculino, ou seja, da construção social do masculino. Porém, sem que esse poder esteja ligado ao grupo social dos homens, ele não existe.

2. A TECNOLOGIA A SERVIÇO DO PATRIARCADO

A tecnologia de nossa época modificou de forma estrutural o mundo como o conhecíamos. Ela é uma das características dessa nova organização do modo de produção capitalista, onde o fluxo da informação se torna o principal agente (des)regulador do mercado. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para flexibilidade e adaptabilidade (...) (CASTELLS, pág.566, 2005). Nada mais adequado para o cenário de sucessivos golpes institucionais que são aplicados na América Latina nos últimos anos. Derrubando governos (ainda que uns mais, outros menos) progressistas, o neoliberalismo retoma o poder pela ilegitimidade e implementa seu projeto de precarização do trabalho com o discurso da flexibilidade, modernização.

A tecnologia não é neutra. A produção de tecnologia, seu uso, os recursos naturais necessários para sua produção e aplicação são de ordem política. Na sociedade denominada por Castells de Sociedade em Rede, é a possibilidade de desenvolver e deter tecnologia que orienta desde as relações geopolíticas até as relações pessoais.

[...] capital e trabalho tendem cada vez mais a existir em diferentes espaços e tempos: o espaço dos fluxos e o dos lugares, tempo instantâneo de redes computadorizadas versus tempo cronológico da vida cotidiana. Dessa forma eles vivem lado a lado sem se relacionarem, medida que a existência do capital global depende cada vez menos do trabalho específico e cada vez mais do trabalho genérico acumulado, operado por um pequeno grupo de cérebros que habita palácios virtuais das redes globais.” (CASTELLS, pág. 571, 2005)

Esses cérebros possuem um corpo e, nessa sociedade patriarcal, estão alocados num corpo masculino. São os homens, enquanto grupo social, que detêm o produto do trabalho genérico acumulado. Não que a capacidade cerebral para tal esteja mais facilitada em homens, mas o trabalho genérico acumulado do qual nos fala Castells é expropriado da humanidade, homens e mulheres, e apropriado por homens. Com o poder de deter e reter informações, grupos sociais que detêm o conhecimento e o capital necessários para desenvolver ainda mais esses conhecimentos possuem também o poder de desenvolver a tecnologia necessária para que esse novo modo de organização do mundo haja a seu favor.

Álvaro Vieira Pinto apresenta que a análise da técnica deve reconhecer “o papel que os conhecimentos tecnológicos e os objetos, especialmente ferramentas e máquinas, que tais noções levam a criar, desempenham na produção da existência pelo homem (sic)” e a caracteriza como “manifestação da capacidade vital (...) de produzir o seu próprio ser, a qual, por isso, se revela inseparável de todos os atos que pratica” (PINTO, 2005, p. 155). A técnica envolve os atos planejados conscientemente e com finalidades socialmente determinadas.

Podemos entender a técnica, na sua relação com o conceito marxiano de trabalho, como o trabalho socialmente acumulado.

O capital também se apropria das técnicas socialmente produzidas, uma vez que a técnica serve a humanidade para, através do trabalho, para sanar suas contradições com a natureza. Entretanto, é bastante comum que técnicas e saberes de povos tradicionais sejam utilizadas pelo grande capital de forma privada⁴. Dessa forma, a tecnologia, entendida como o conjunto das técnicas também deveria ter sempre um fim social comum, visando o bem comum. Entretanto, o modo de produção capitalista não sobrevive a nada partilhado em igualdade.

Geograficamente podemos localizar os desenvolvedores de tecnologia (a partir de técnicas socialmente produzidas) e os receptores. Um estudo realizado por Thais Lapa demonstra que homens e mulheres estão em lugares bem diferentes no desenvolvimento e produção de tecnologias. No caso das empresas Samsung e LG, estudadas pela pesquisadora, quase 100% das mulheres trabalham na linha de montagem, enquanto os homens estão no abastecimento,

⁴ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,justica-livra-a-natura-da-acusacao-de-pratica-de-biopirataria,154800e>. Acesso em 18/07/2017

chefia ou manutenção. Além disso, o estudo confirma que a tecnologia necessária para a produção está localizada no norte, ao passo que no sul do mundo, ou nos países periféricos, localizam-se as linhas de montagem. Esses países e suas mulheres são bastante úteis para o setor, uma vez que a flexibilidade das leis trabalhistas e a desigualdade econômicas e sociais baseada no sexo/gênero permitem que a exploração da força de trabalho seja realizada sem grandes entraves legais.

As mulheres não estão na montagem por um acaso, mas porque esse trabalho, menos valorizado e pior remunerado, precisa de suas habilidades manuais, que envolvem delicadeza, paciência e repetição. Essas habilidades são adquiridas pelas mulheres por sua socialização, forjada para adquirirem responsabilidades com o trabalho doméstico e de cuidados. Nas fábricas, as habilidades necessárias à montagem de um celular não são consideradas qualificação, pois são consideradas habilidades naturais, que as mulheres possuem só porque são mulheres. Não trata-se a montagem como um trabalho que exige um alto nível de concentração, e sim como apenas mais um trabalho manual. E assim, novamente, o corpo das mulheres é fragmentado. (VITÓRIA, *et al*, 2016, p.21)

Além das questões ligadas ao mundo do trabalho diretamente, outras formas de apropriação do conhecimento vem se estabelecendo através da tecnologia. A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) lançou recentemente uma cartilha para denunciar algumas das maneiras que as grandes empresas tem utilizado para conseguir dados que lhes permitem abocanhar ainda mais lucro com a vida e o corpo das mulheres. Nesse material a MMM explica como os algoritmos utilizados nas programações são baseados em interesses particulares das empresas e reproduzem uma série de preconceitos.

O problema não é a tecnologia em si. Se usada para atender o interesse coletivo, a tecnologia facilita o trabalho e aproxima pessoas. Mas essas empresas direcionam a tecnologia para servir aos modelos capitalistas de negócios, que tratam a nossa vida como mais uma mercadoria para aumentar seu lucro. Desta maneira, reproduzem e aprofundam as desigualdades da sociedade capitalista, racista e patriarcal. (VITÓRIA, *et al*, 2016, p. 23)

Empresas privadas que trabalham com câmeras de vigilância comumente possuem parcerias com governos. Com o argumento de manter a segurança pública, uma programação de algoritmos é realizada para definir quem parece mais suspeito. A coleta e armazenamento de dados por governos permite que a espionagem se realize em tempo real e facilita a incansável luta em prol da criminalização dos movimentos sociais. Os governos possuem acesso a quase tudo que se organiza contra eles. Nas mídias sociais esses algoritmos definem o que vemos com maior frequência, limitando nosso acesso a informação. Da mesma forma, definem que o corpo nu de uma mulher amamentando deve ser proibido, enquanto esse mesmo corpo pode

estar disponível aos olhos do mundo se estiver na propaganda de cerveja. Essa naturalização cultural de que o corpo feminino sexualizado é permitido quando usado para agradar ao homem enquanto imoral na sua função biológica de amamentação se inscreve nas tecnologias de gênero que “normatizam condutas de mulheres e homens” (SAFFIOTI, 2015, p.81), normatizando a ideia de que o corpo feminino deve estar à disposição dos homens. Essa mesma tecnologia de gênero serve de justificativa para a violência física e sexual.

Por último, a cartilha denuncia a comercialização de dados pessoais através do uso de aplicativos. Muito desses aplicativos poderiam ser utilizados para fomentar a autonomia do corpo das mulheres.

Somos nós quem produzimos as informações que se tornam valor quando apropriadas pelas empresas, seja nas redes sociais, nos aplicativos sobre menstruação ou naqueles que contam nossos passos e calorias. Esse é um tempo da nossa vida que é apropriado, como mais uma forma de trabalho não remunerado. A nossa vida e o nosso comportamento são as mercadorias. As empresas donas dos aplicativos podem guardar nossos dados e usar conforme seja de seu interesse. Viramos números, fonte de lucro e propriedades das empresas, mas tudo isso acontece legitimado com um discurso de que podemos escolher e de que isso faz parte da nossa liberdade. (VITÓRIA, *et al*, 2016, p.25)

Dessa forma, fica nítido o quanto a tecnologia, que poderia ser fonte de autonomia, pode ser rapidamente transformada em instrumento de opressão em favor do mercado. O corpo das mulheres torna-se fonte de informação para a indústria farmacêutica através das tentativas criadas pelas mulheres para diminuir o domínio e medicalização dos corpos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia não é neutra, isso está sendo reafirmado desde o início desse ensaio. Entretanto, se pode servir para a dominação, também pode ser instrumento de libertação. Não é objeto desse trabalho, mas diversas experiências tem ocorrido nesse sentido. Há mulheres desenvolvendo games não sexistas e questionando o formato dos jogos. Há grupos de hackers feministas que disponibilizam seu tempo ensinando outras mulheres a protegerem seus dados na internet. Outras mulheres criam páginas que denunciam de forma divertida o machismo. Dessa forma, se essa nova sociedade da informação, que não necessariamente se apresenta como

conhecimento, permite que a opressão de acirre, ela pode também ser fonte de novas formas de luta. O patriarcado identificado por Saffioti (2001) como tendo cerca de seis mil anos nunca existiu sem resistência. As mulheres, mesmo sentindo suas novas facetas, rapidamente respondem com novas formas de luta.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de estudo.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e terra, 1999. V. 3.
- LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México e DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.
- LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Critica, 1990.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.
- _____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LAPA, Thaís de Souza. **Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-09062015-122236. Acesso em: 18/07/2017
- SCHLEMMER, Eliane; LOPES, Daniel. Queiroz; ADAMS, T. **Educação, desenvolvimento e tecnologias**. São Leopoldo: Unisinos, 2014. v. 1. 80p.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **A tecnologia: o conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 1, 2005.

VITÓRIA, Carla; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. **Reação patriarcal contra a vida das mulheres**: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho. São Paulo: Sof, 2016.

NETWORK SOCIETY: A ESSAY FROM ANTICAPITALIST FEMINISM

***Abstract:** This essay seeks to discuss, albeit briefly, the relationship between technique, technology and patriarchy. It begins by defining the way in which this concept is understood, as well as the reason why it is used in today's society. Then, it discusses violence and its relation to patriarchy and capitalism. It concludes with a dialectical analysis of technology as an instrument of anti-capitalist domination and struggle.*

***Key words:** Technique. Technology. Patriarchate.*

LIMITES E POSSIBILIDADES DA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

SURMANI¹, Josiane de Souza –josiane.sociologia@gmail.com
Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá.
Endereço Rua Antônio Carlos Rodrigues, nº 453- Porto Seguro –
CEP 83215-704 – Paranaguá – Brasil.

TORTATO², Cíntia de Souza Batista – cintia.tortato@ifpr.edu.br
Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá.
Endereço Rua Antônio Carlos Rodrigues, nº 453- Porto Seguro –
CEP 83215-704 – Paranaguá – Brasil.

***Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir brevemente alguns limites e possibilidades da epistemologia feminista. O texto levanta alguns debates sobre a atividade científica envolvendo os questionamentos levantados por filósofas/os sobre a ciência e tecnologia. Aborda a construção de estratégias epistemológicas que permitiram a entrada das mulheres na ciência e no desenvolvimento tecnológico, além de resgatar a luta de algumas autoras na construção dos primeiros estudos feminista no Brasil. Apresenta alguns apontamentos sobre os limites da construção de uma epistemologia feminista pós-colonialista. A dificuldade de tradução dos conceitos desenvolvidos no norte para a construção da epistemologia feminista baseada no sul global. Essa discussão faz parte da dissertação de mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade do IFPR.*

***Palavras-chave:** Epistemologia feminista, Ciência, Tecnologia, Sociedade*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido na Disciplina de Fundamentos epistemológicos da Ciência e Tecnologia, no Curso de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto Federal do Paraná. PPGCTS-IFPR. Tem como objetivo verificar quais os limites e possibilidade da epistemologia feminista.

Empregar-se-á autoras e autores que construíram críticas à ciência e à epistemologia feminista. A escolha dos textos de referência se deu pela importância de discutir algumas

¹ Mestranda do Curso Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá.

² Doutora em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2014). Professora PPGCTS do Instituto Federal do Paraná

impressões sobre o desenvolvimento da epistemologia feminista nas últimas décadas. Aborda a contribuição das primeiras autoras feministas que construíram estratégias para o desenvolvimento de estudos feministas no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

As análises de Thomas S. Kuhn (1989) sobre a ciência e a atividade científica aconteceram na década de 60. Época em que o feminismo e as teorias feministas estavam em plena expansão na Europa e nos Estados Unidos. O Brasil e a América do Sul passavam por ditaduras que limitavam a atuação política, produção científica e dos movimentos sociais. (PINTO, 2003)

Thomas S. Kuhn, físico estadunidense, dedicou-se a discutir a filosofia da ciência. Elaborou análises sobre a atividade científica. Para o autor o desenvolvimento da ciência normal está diretamente ligado aos movimentos e construção e desconstrução de paradigmas que a fundamentam.

Neste ensaio, ciência normal significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior. (KUHN, 1989, p.29).

Segundo Kuhn (1989) para a construção de um paradigma científico é necessário que partilhem duas características essenciais. “suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científicas dissimilares”; isto é, a originalidade do paradigma deve atrair e formar um grupo de estudos que partilham das mesmas ideias, “suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência”, o grupo inicial deve encontrar um ramo de estudos que perpetue. (KUHN, 1989, p.30).

O novo paradigma poderá ser aceito ou repudiado pela comunidade, demonstrando a maturidade da comunidade científica “Para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa[...]explicar todos os fatos com os quais podem ser confrontadas”. (Kuhn, 1989, p.38).

As relações sociais na atividade científica, também foram abordadas pelo sociólogo francês, Pierre Bourdieu. O autor afirma que os obstáculos ao progresso da ciência são

fundamentalmente sociais, aponta as questões epistemológicas da ciência, construídas e limitadas sobre antigas concepções, além de que, “[...] epistemologia corre sempre o risco de ser apenas uma forma de discurso justificativo da ciência ou de uma posição no campo científico” (BOURDIEU, 2001, p.17).

A Historiadora estadunidense, Londa Schienbinger (2001) no livro “O feminismo mudou a ciência?” resgatou a história de muitas cientistas. A atividade científica realizada por estas pesquisadoras contribuíram para a construção de críticas a ciência ao se dedicarem a estudos que contribuíram para desconstruir mitos relacionados ao corpo e ao cérebro feminino ou por atuar em áreas marcadas pela unanimidade de cientistas homens.

A pesquisa de Schienbinger (2001) permitiu elucidar o espaço ocupado pelas mulheres na ciência. A pouca presença da mulher na ciência é dado a fatores sociais, isto é, a estrutura social que divide funções e espaços por sexo.

O acesso restrito de mulheres à carreira científica ocorre basicamente por três razões: 1) a estruturação social em torno dos interesses e do poder masculino; 2) a total cisão entre a esfera pública (dirigida para e pelos homens) e a esfera privada (dirigida para e pelas mulheres); e 3) a dissociação entre o saber considerado científico do senso comum. (SCHIENBINGER, 2001, p.13).

A historiadora francesa, Michelle Perrot (2013) no livro “Minha história das mulheres” analisa a construção da separação do feminino e masculino no espaço privados e públicos. Argumenta que a educação limita o desenvolvimento do corpo e mente das mulheres voltadas para os espaços privados e atividades ligados ao cuidado de outras pessoas. Na divisão dos espaços a mulher desenvolveu suas atividades científicas dentro destes espaços.

A atividade científica está relacionada ao espaço público e utiliza capacidades relacionadas à educação masculina de explanação pública, disputa pelo poder. A força é desigual entre os agentes, depende de seu desempenho científico somado a outros capitais, sendo que o “capital científico é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 2001, p.53).

A ciência tem se mostrado espaço dominado pela hegemonia norte ocidental, centrada no modelo de cientista do sexo masculino, branco e europeu. A dificuldade de reconhecimento de cientistas que não preenchem esses requisitos é motivo de luta por muitos grupos sociais além das feministas.

Bourdieu, no livro “Dominação masculina” (2012) argumenta como a escola é mantenedora das estruturas sociais e como a mulher é privada de acessar os espaços e conhecimentos construídos culturalmente como masculinos. Reconhece a luta do movimento feminista para transformar as formas como a dominação masculina se nos apresenta diferentes espaços limitando os indivíduos ao sexo. (BOURDIEU, 2012, p.106).

Para além dos desafios para a superação da construção de gênero dentro da ciência. A filósofa Sandra Harding, estadunidense, desenvolve teorias sobre a construção da epistemologia feminista e os desafios para construir uma ciência pós-colonialista.

A crítica do pensamento tem freqüentemente feito avançar o conhecimento com mais eficácia do que o seu estabelecimento; a crítica feminista à ciência aponta para uma área particularmente fértil em que as categorias do pensamento ocidental necessitam de revisão. (HARDING, 1993, p.12).

Harding (1993) argumenta a necessidade de inclusão de outras epistemologias que contemplem a diversidade. A epistemologia feminista deve ser construída com o objetivo de estar ao lado de outras epistemologias alternativas, nunca objetivar estar acima de outras epistemologias.

Os questionamentos sobre a natureza da ciência e do desenvolvimento tecnológico têm sido tratados pela filosofia, sociologia e por estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Os estudos têm se analisado os impactos sociais gerados pela ciência. Além de alimentar questionamentos sobre o caráter social da atividade científica.

Entre os filósofos que auxiliaram na construção de críticas sobre a ciência. A construção da Teoria na Escola de Frankfurt busca analisar as condições sociopolíticas e econômicas, a ciência e a tecnologia foram tidas por muito tempo como espaços de neutralidade. Alguns filósofos da escola de Frankfurt adotaram diferentes sobre a ciência.

Herbert Marcuse, filósofo Alemão, judeu, disserta no seu livro “A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional” (publicado na década de 60) sobre como o modelo de economia global imposto, que extingue as múltiplas formas de economia e por fim culturas, produzindo na sociedade um indivíduo de sentido único.

Andrew Feenberg, filósofo estadunidense, realizou um debate ideológico entre Marcuse e Habermas, para construir sua interpretação de ciência. Os argumentos de Marcuse de que a

[...] tecnologia é socialmente determinada (NEDER, 2010, p.255) se contrapõem com os argumentos de Habermas sobre a neutralidade da ciência.

Feenberg explica que é necessário pensar a tecnologia para além de Marcuse e Habermas “às vezes, a tecnologia é superdimensionada, às vezes é carregada politicamente, às vezes, ambas as coisas acontecem. Precisa-se de várias abordagens diferentes, dependendo do caso”. (NEDER, 2010, p.282-283).

Todas essas discussões sobre a ciência ocorrem no norte e parte de autores e autoras que constroem críticas sobre a ciência. O movimento de pós-colonialismo da ciência, busca superar as heranças deixadas pelo longo período colonial. Tornaram os países do sul, dependentes dos colonizadores para a construção do conhecimento e desenvolvimento.

A filósofa brasileira, Cláudia de L. Costa, (realizou sua formação nos Estados Unidos e leciona na UFSC) atualmente, levanta algumas dificuldades encontradas pelas teóricas que tratam da epistemologia feminista e do processo do pós-colonialismo. Abordam as dificuldades de superação da dependência da epistemologia norte colonizadora. Uma das dificuldades encontradas é da tradução cultural para realidade diversa sul-americana.

Por um longo período foi pequeno o número de produções que tratavam do feminismo. Cecília M. B. Sardenberg, antropóloga brasileira, com formação nos Estados Unidos e Europa e Ana A. A. Costa com formação no México e Espanha (Madrid), em Sociologia Política argumentam no artigo “Teoria e práxis-feministas na academia” (1994), nesse período o número de produções científicas eram poucas e que não demonstravam buscar superação da ciência normal, conforme a definição de Kuhn. E pouco desenvolvimento teórico metodológico.

Harding, neste mesmo período, também protestava sobre a ciência feminista não obedecer aos critérios da ciência normal, “Não há "ciência normal" para nós! 'Recomendo aceitar esta mesma solução, apesar de se tratar de uma meta incômoda, pelas razões que se seguem”. (HARDING, 1993, p.11).

A construção da epistemologia feminista deveria romper com a ciência normal e buscar novas formas de ciência “Não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de "ciência normal" com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes”. (HARDING, 1993, p.11).

A necessidade do desenvolvimento de pluralidade na ciência alternativa para dar voz a grupos discriminados e marginalizados pela ciência hegemônica. “Não seria o caso, então, de haver também ciências e epistemologias de povos americanos, africanos e asiáticos, baseadas na experiência social e histórica peculiar dessas populações?” (HARDING, 1993, p.22).

A historiadora e filósofa brasileira, Margareth Rago, (com formação pela USP e UNICAMP). Em 1998 produziu o artigo “Masculino, feminino, plural”, e explana neste texto as dificuldades de produzir conhecimento no Brasil por causa da tradição de buscar modelos prontos do Hemisfério Norte e a questão interessa pouco ao “feminismo dos trópicos”, onde a urgência dos problemas e a necessidade de rápida interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas. (RAGO, 1998, p.2-3)

A historiadora estadunidense Joan Scott no ano de 1986 escreve o “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (publicado no Brasil na década de 90). Argumenta como as feministas constroem estratégias analíticas para superar o modelo de ciência normal. Scott (1990) argumenta que:

No espaço aberto por esse debate, do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empirismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise. (SCOTT, 1990, p.27).

Utilizando os argumentos das autoras é possível verificar que os estudos nos estados Unidos e na Europa, já estavam amadurecidos enquanto que no Brasil a produção científica no Brasil além de pouca quantidade ainda não conseguiu utilizar a ciência alternativa, obedecendo a critérios da ciência normal.

Freitas e Luz (2016) afirmam que atualmente ainda persiste a ciência normal nas publicações de ciência e tecnologia C&T. As inúmeras críticas produzidas ainda não conseguiram superar os limites das abordagens teóricas do modelo hegemônico. Argumentam que existe espaço para a consolidação da epistemologia feminista voltado para a América latina.

Costa e Sardenberg (1994) afirmam que os estudos de gênero tem possibilitado realizar mudanças sociais importantes relacionados a vida da mulher. a abordagens de temas como a violência tem criado estratégias para promoção de direitos básicos da mulher, como trabalho saúde e direitos reprodutivos.

Matos (2008) afirma que a epistemologia feminista tem a possibilidade de construir análises sem inserir os indivíduos em formas binárias de masculino e feminino, contrariando a forma e métodos hegemônicos de fazer ciência.[...] a epistemologia feminista parece ter sido uma das primeiras formas de produção de conhecimento científico que colocaram em xeque a posição hegemônica do conhecimento produzido na chave burguesa e ocidental. (Matos, 2008, p.346).

Moraes (1998) problematiza o uso de gênero nas publicações de periódicos, onde gênero está relacionado somente à mulher. E não constroem análises relacionadas ao homem ou outras formas de expressão de gênero. Deste modo o conceito de gênero deixa de ser uma categoria analítica de relações sociais.

Matos (2010) argumenta que as produções acadêmicas recentes tem fortalecido a epistemologia feminista e reconhece que é recente este campo de estudo, permitindo que seja ampliado e revisto.

PINTO (2010) considera que a relação entre o movimento feminista e a epistemologia feminista tem possibilitado a própria construção de reflexão crítica. O estreitamento entre movimento e epistemologia, realiza um processo de revisão constante. Apesar de o movimento feminista ter muitas correntes, assim como a epistemologia feminista é construída por muitas disciplinas, convergem em alguns interesses comuns.

Os diversos entendimentos sobre a condução de estudos feministas evidenciam claramente o poder de reflexão da construção do pensamento feminista, além de apontar os desafios já superados e os que ainda permanecem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epistemologia feminista tem se desenvolvido no Brasil de forma expressiva nas últimas duas décadas, autoras da década de 90 não conseguiam ter uma perspectiva favorável sobre a construção de conhecimento feminista em um país patriarcal como o Brasil.

As estudiosas que trouxeram os conceitos de gênero para o Brasil encontraram dificuldades para fazer a tradução cultural. as novas gerações de pesquisadoras tem ampliado o campo de estudos que consideram a mulher e sua história, porém permanece dificuldades de legitimação

de novas abordagens teóricas e metodologias de pesquisa. Portanto o campo para os estudos é vasto, possibilitando estudos interdisciplinares para visão holísticas dos problemas e proposição de superação.

É emergente a necessidade de estudos que visam a superação da ciência colonialista, inserindo a diversidade ainda existente na América do sul, libertando-se de antigos conceitos trazidos por colonizadores.

A inserção de análises que incluem raça/etnia, classe social, gênero, geração entre outras abordagens, contribuem para compreender as diferenças e similaridades. Abarcando soluções que contemplem as especificidades de cada um eliminando hierarquias sociais. O trabalho de construção é árduo, mas porem primoroso em seus resultados.

REFERÊNCIAS

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: UNESP, 2009. (ed. Espanhola –Conocimiento e imaginário social. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003).

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.

COSTA, ANA A. A.; SARDENBERG, CECÍLIA M. B. TEORIA e Praxis feministas na academia. Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos feministas**, Florianópolis, n. esp., p.387- 400, 2. sem. 1994.

COSTA, Cláudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 579-586, mai./ago. 2013.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese Cultural Studies**, v. 4, n. 1, p. 6, 2012.

_____. Feminismos e pós-colonialismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 655-658, mai./ago. 2013.

FEENBERG, Andrew. Marcuse ou Habermas: duas críticas da tecnologia. In: NEDER, Ricardo T. (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: CDS / UnB, 2010.

FREITAS, Lucas Bueno de; LUZ, Nanci Stancki da. Os estudos de gênero, ciência dtecnologia no Brasil: uma análise a partir de periódicos de gênero. In: JORNADAS



LATINOAMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA – ESOCITE, 11., 2016, Curitiba. **Anais...**Curitiba: ESOCITE/UTFPR, 2016. Disponível em: <http://www.esocite2016.esocite.net/resources/anais/6/1471977490_ARQUIVO_artigo_ESOCITE2016_1000.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2017.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7, jan. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 15-38, 2000.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. A responsabilidade da ciência. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 159-164, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2017.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, 2010.

_____. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, p. 333-357, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim de; et al. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos pagu**, n. 11, p.99-105, 1998.

PERROUT. Michele. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Estudos feministas: esboço crítico**. 2004.

_____. **Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?**. Salvador: Repositório Institucional, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%c3%a3o%20Final%20Da%20Cr%c3%adtica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

LIMITS AND POSSIBILITIES OF FEMINIST EPISTEMOLOGY

***Abstract:** This paper aims to briefly discuss some limits and possibilities of feminist epistemology. The text raises some debate about the scientific activity involving questions raised by philosophers / them about science and technology. It covers the construction of epistemological strategies that allowed the entry of women in science and technological development, as well as rescue the struggle of some authors in the construction of the first feminist studies in Brazil. It presents some notes on the limits of building a post-colonial feminist epistemology. The difficulty of translating the concepts developed in the north to the construction of feminist epistemology based on the Global South. This discussion is part of the master's thesis in Science, Technology and Society IFPR.*

***Key words:** Feminist Epistemology, Science, Technology, Society*

NOME SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO CEFET-MG: TECNOLOGIA E GÊNERO NA VISÃO QUEER

Luciana Rodrigues da Silva¹ – lucianinhaxc@hotmail.com
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
Avenida Amazonas, 7675, Nova Gameleira.
30510-000 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

***Resumo:** O objetivo deste artigo é fomentar uma análise reflexiva sobre as técnicas de construção de gênero e em que medida essas técnicas incentivam o preconceito sofrido pelas transexuais e travestis nos diversos contextos sociais, principalmente no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, propor, através de projeto a ser desenvolvido, uma análise da eficácia do nome social, como medida governamental e estratégica de educação inclusiva, e se contribui para a inserção desse grupo na comunidade acadêmica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, garantindo a legitimação dos direitos que surgiram juntamente com essa política inovadora.*

***Palavras-chave:** Nome Social. Tecnologia. Gênero.*

1. INTRODUÇÃO

Histórias de preconceito e violência acompanham a vida das transexuais² e travestis³. No Brasil, ocorre uma morte a cada 28 horas⁴ simplesmente por não se encaixarem na

¹ Tecnólogo em Processos Gerenciais – Universidade Norte do Paraná.

² As Transexuais lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero ao qual se identificam. Uma parte das pessoas transexuais reconhece essa condição desde pequenas, outras tardiamente, pelas mais diferentes razões, em especial as sociais, como a repressão.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a identidade de Gênero: conceitos e termos**. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2017.

³ Travestis são pessoas que vivem papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que travestis, independente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino.

identificação binária de gênero criada pela norma baseada nos órgãos sexuais. A sociedade também mata quando exclui, quando discrimina, quando nega o direito do outro e segrega pela raça, cor, religião, classe social, identidade, gênero.

Sabe-se que o preconceito sofrido pelas travestis e transexuais se manifesta das mais diversas formas e essa violência é comprovada nos estudos realizados pela Rede Trans Brasil apresentados com dados da ONG Transgender Europe (2016), informam que o Brasil ocupa o 1º lugar em assassinatos de pessoas transexuais no mundo. Euclides Cabral, um dos autores do relatório, assevera que “a maioria desses crimes são praticados com requintes de crueldade”, evidenciando o ódio desferido a esse grupo. Pesquisa do IBGE (2013), ainda revela que a expectativa de vida dessa população não passa de 35 anos, menos da metade da média nacional que é de 74,9 anos da população em geral.⁵

Observa-se ainda, que o ambiente escolar não é diferente, revela-se hostil e violento, contribuindo para o abandono dos estudos. Poucos transexuais e travestis chegam às universidades. Pesquisa realizada com 1.016 jovens, pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT) em 2016 apontam que 73% dos estudantes que não se declararam heterossexuais no Brasil já foram agredidos verbalmente na escola, já as agressões físicas ocorreram com um a cada quatro desses alunos. Ainda segundo o defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o país concentra 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, “uma situação que aumenta a vulnerabilidade favorecendo a violência e exclusão dessa população⁶”.

Nota-se ainda que o preconceito no mercado de trabalho e a falta de qualificação profissional levam essa população a escolherem a prostituição como único meio de sobrevivência, como

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a identidade de Gênero: conceitos e termos**. Disponível em: <<http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2017.

⁴ M. Thais Zimmer. **Precisamos falar sobre transexualidade**. Disponível em: <http://super.abril.com.br/comportamento/precisamos-falar-sobre-transexualidade/>. Acesso em: 15 jul. 2017.

⁵ M. Ingrid. **Caminhada trans: de que lado você está?** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-e-homens-trans-na-luta-por-seus-direitos>>. Acesso em 10 jul. 2017.

⁶ H. Wellington; C. Thaís. **Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo**. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>>. Acesso em 10 jul. 2017.

mostra a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que 90% das pessoas transexuais recorrem a essa profissão ao menos uma vez na vida⁷.

Com base nos dados expostos obtidos através de pesquisa bibliográfica e método dialético que analisa a realidade social desse público, fica evidente que a sociedade e o Estado estão reconhecendo que as pessoas transexuais e travestis têm ganhado visibilidade, mesmo numa sociedade heterossexista⁸. Os debates sobre diversidade de gênero nos diversos estratos sociais, a busca pelo respeito e reconhecimento dessa população como sujeito de direitos, obriga o Estado a pensar políticas inclusivas. No entanto, é questionável a intervenção do Estado na busca por soluções eficazes que visam à promoção dos direitos das transexuais e travestis uma vez que, os dados ainda retratam a exclusão e marginalização desse grupo.

Uma política recém criada pelo Estado como forma de minimizar os impactos derivados do preconceito às transexuais e travestis foi o Decreto 8.727⁹ de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento de gênero de pessoas transexuais ou travestis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O nome social é o nome pelo qual o indivíduo deseja ser identificado, uma vez que o nome civil já não condiz com o modo de vida e identidade de gênero assumido. A medida busca resgatar não só a dignidade da pessoa, mas também sua própria identidade, uma vez que o reconhecimento da personalidade, do Eu, se perde no momento em que nome e gênero se destoam.

Sabe-se que o nome social é uma medida necessária, no entanto cabe analisar se é suficiente para garantir o acesso e permanência desse público no ambiente acadêmico assegurando o respeito à sua identidade de gênero. Nesse sentido existe uma pergunta a ser feita: Qual a relação entre o nome social e sua eficácia como política inclusiva no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) para efetivação dos direitos,

⁷C.Thais. **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 10 jul. 2017.

⁸ Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por um homem e uma mulher. MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.43.

⁹ BRASIL, **Decreto 8.727 de 28 de abril de 2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>.

reconhecimento da identidade e sensação de pertencimento ao ambiente acadêmico dos transexuais e travestis?

Com base nisso, o projeto proposto, objetiva analisar o uso do nome social amparado pelo Decreto 8.727/ 2016 com a perspectiva de educação inclusiva no CEFET-MG, buscando conhecer através dos sujeitos envolvidos a eficácia dessa política como meio de promover a igualdade e o respeito, baseando-se nas tecnologias de construção de gênero sob a visão Queer.

O método utilizado será a pesquisa exploratória com procedimentos qualitativos. Para a coleta de dados será utilizada pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, questionários e entrevistas focalizadas.

A análise sobre a construção dos gêneros será feita através de pesquisa bibliográfica com base em material já elaborado, livros, legislações, trabalhos publicados em anais de congresso, artigos científicos. Para aferir a eficácia do uso do nome social e efetivação dos direitos embutidos que surgiram com essa política na visão dos alunos travestis e transexuais primeiramente será escolhida a amostra. Logo esses alunos serão convidados a participarem de entrevistas focalizadas, “[...] com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas, o entrevistador confere ao entrevistado ampla liberdade para expressar-se sobre o assunto [...]” (GIL, 2008, p. 112).

Serão aplicados ainda, questionários aos diretores dos Campi do CEFET-MG, buscando identificar quais foram os desafios enfrentados pela instituição com a implantação do nome social.

2. A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO NAS ESCOLAS

A escola representa um papel importante na inclusão dos grupos tradicionalmente excluídos. Se a escola deseja ocupar lugar privilegiado na promoção da cidadania não pode ignorar nenhuma classe, uma vez que, a educação é um bem público e de direito social com a finalidade essencial de formação de sujeitos conscientes. Segundo Louro (1997), as Instituições de ensino estão se transformando de modo a minimizar os impactos que a

construção das verdades institucionais trouxe aos grupos segregados ao longo do tempo, a diversidade dentro da sala de aula e múltiplos sujeitos possibilitam também condições distintas de intervenção, no entanto a observação e o questionamento devem ser comuns a todas as iniciativas, como afirma:

As desigualdades só poderão ser percebidas e desestabilizadas e subvertidas na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução. Isso implica operar com base nas próprias experiências pessoais e coletivas, mas também, necessariamente, operar com apoio nas análises e construções teóricas que estão sendo realizadas (LOURO, 1997, p. 121).

É na escola que os sujeitos têm o primeiro contato do que é considerada estrutura social, sendo assim, são na escola que devem ser discutidas as diferenças nos seus diferentes aspectos e o modo como foram construídas essas diferenças. Partindo da premissa de que o preconceito existe devido às construções sociais baseadas em crenças e costumes, faz-se, portanto, necessária a análise das tecnologias da construção de gêneros na visão Queer como afirma Louro (2001):

[...] Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o 'outro' é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. [...] Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam. (LOURO, 2001, p. 550).

Analisar o caráter social de estruturas tão naturalizadas possibilita obter respostas que justificam a estigmatizada relação social da transexual e travesti e não há cenário melhor que o acadêmico para analisar essa teoria, como afirma Louro (2000, p.86):

[...] se a escola é uma instituição social, ela está, obviamente, envolvida com formas culturais e sociais de vivermos e constituirmos nossas identidades de gênero e nossas identidades sociais. Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 1997, p.85-86).

Mantoan (2011) ratifica:

A escola é uma realidade histórica em processo contínuo. É preciso que seja entendida como uma instituição voltada para a realização da prática pessoal e social, [...]. É preciso privilegiar sua abordagem como processo, não um produto acabado. A escola não é, e sim, está sendo. (MANTOAN, 2011 p. 147).

3. AS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DO GÊNERO

Um corpo que não se adapta aos padrões culturais de gênero é um corpo homossexual ou anormal, tal enunciação faz parte de um discurso descrito por Michel Foucault (1988) produzido a partir do século XIX, quando a medicina considera a homossexualidade uma patologia caracterizada pela inversão do masculino e feminino em si mesmo. No final do século XX, o homossexualismo deixa de ser considerado como patologia, mas os efeitos desse discurso ainda persistem em diversas instâncias culturais fazendo a regulação de gênero dos corpos até os dias atuais. Para Nietzsche (2008):

Quando o homem atribuía um sexo a todas as coisas, não via nisso um jogo, mas acreditava ampliar seu entendimento: - só muito mais tarde descobriu, e nem mesmo inteiramente ainda hoje, a enormidade desse erro. De igual modo o homem atribuiu a tudo o que existe uma relação moral, jogando sobre os ombros do mundo o manto de uma significação ética. Um dia, tudo isso não terá nem mais nem menos valor do que possui hoje a crença no sexo masculino ou feminino do Sol. (NIETZSCHE, 2008, p. 27).

Segundo Butler (2001 *apud* REIS, 2014, p. 238) esse discurso “estabelece os limites de normalidade aos corpos sexuais e produz a heterossexualidade como norma”.

Para Foucault (2006, p.12) em cada sociedade há “[...] os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem [...]”. Para Bento (2003 *apud* REIS, 2014, p. 239) são elas: “[...] Família, Estado, Igreja, Medicina e Escola”.

Nesse sentido, na teoria da análise dos discursos, a construção de gênero, nada mais é que um padrão ditado pelas Instituições que estabelecem os lugares a partir dos quais os sujeitos podem se posicionar como diz Butler (2002, p. 64) “O gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva”. Para Miskolci (2007, p. 7) esse padrão faz parte de “[...] processos sociais normalizadores que classificam e hierarquizam sujeitos e identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares [...]” Foucault (2001 *apud*

GUIRADO 2007, p. 223-244), completa, “[...] somos algo da ordem do produzido, cujas engrenagens remetem ao discurso e, modos de objetivação e subjetivação [...]”.

Na linguagem de Foucault, os métodos de objetivação estabelecem o sujeito como objeto criado por meio de discursos científicos e procedimentos disciplinares, já a subjetivação são práticas que fazem com que o sujeito se prenda a uma identidade que lhe é atribuída como sua, o autor ainda afirma que “[...] tais práticas de si não são fruto de algo inerente ao indivíduo, mas sim, esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhes são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social [...].” Foucault (2004, p. 276).

Com base nessa teoria, a forma de viver e se comportar dos transexuais e travestis é considerada “anormal” pelas instituições de poder sob o discurso dicotômico da sexualidade, “[...] como consequência, todos os sujeitos e comportamentos que não se enquadrem dentro dessa lógica ou não são percebidos, ou são tratados como problemas e desvio [...]” (LOURO, 1997, p.76). Esse padrão corroborou na estigmatização dessa população tornando-os vulneráveis, tal conduta demanda estudos na forma de construção dos saberes como argumenta Foucault (2001, *apud* GUIRADO 2007, p.223-244) “não se trata de mudar as verdades produzidas pelo sujeito, e sim mudar os modos de produção, o regime institucional sobre essas verdades.” Preciado (2014) completa:

O que é preciso fazer é sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições. Não se trata de substituir certos termos por outros. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas sim de modificar as posições de enunciação. (PRECIADO, 2014, p.27).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato, que o Estado e a sociedade negam o direito à identidade de pessoas transexuais e travestis quando reserva a si o direito de determinar a partir de critérios externos do corpo o limite da masculinidade e da feminilidade, quando atribui o gênero baseado nessa concepção, como diz Castro:

[...] o Estado e seu arcabouço jurídico-legal funcionam como moinhos produtores de substâncias, categorias, papéis, funções, sujeitos, titulares desse ou daquele direito etc. O que não é carimbado pelos oficiais competentes não existe – não existe

porque foi produzido fora das normas e padrões – não recebe selo de qualidade [...].
(CASTRO, 2013)

Divulgar a maneira como as técnicas construtivas de gênero têm interferido na relação social das transexuais e travestis, e como essa prática tem impedido a formação acadêmica, profissional e humana dessa minoria, permitirá a abertura de discussões e ações que ressaltem a importância do reconhecimento dos direitos desse público e o respeito à diversidade de gênero, como cita Paulo Freire:

É a partir de este saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político - pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças. [...] Como ser humano, não resta dúvida de que nossas principais responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança. (FREIRE, 2006, p.79).

No entanto, o que tem que ser mudado é a forma de construção dos discursos. Não basta elaborar políticas públicas em favor das pessoas transexuais e travestis sem mudar o discurso construído pelas tecnologias de gênero que se encontra enraizado na sociedade. É preciso fazer a desconstrução dos saberes até agora tidos como verdades universais e mudar a forma como difundimos essas verdades.

A divulgação dos aspectos relacionados à eficácia da política do nome social também contribuirá para mudança de conceitos e práticas democráticas no cenário acadêmico, pois demonstrará se as políticas de inclusão elaboradas em favor desse público asseguram o acesso e a permanência desse público na Educação.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgressoras**: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 55- 81.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é.**

Disponível em:

<https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf> . Acesso em: 10 de jul. 2017.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos, v.5)

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 96-123.

_____. **Microfísica do poder.** 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIRADO, Marlene; LERNER, Rogério. **Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise Institucional do Discurso.** São Paulo: Anna Blume, FAPESP, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições de casa. In: MEYER, D.E. E (org.) **Saúde e Sexualidade na escola.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 85-96.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio as diferenças nas escolas.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: ALB, 2007. Disponível em: < http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora.** Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrasexual.** Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo, 2014, p.27.

REIS, Cristina D'Avila. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeitos meninos-alunos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.1, p. 237-256, 2014.

SOCIAL NAME AS A STRATEGY FOR SCHOOL INCLUSION IN CEFET-MG: TECHNOLOGY AND GENDER IN QUEER VISION

***Abstract:** The objective of this article is to promote a reflexive analysis of gender construction techniques and to what extent these techniques encourage the prejudice suffered by transsexuals and transvestites in different social contexts, especially in the school environment. At the same time, propose, through a project to be developed, an analysis of the effectiveness of the social name, as a governmental and strategic measure of inclusive education, and contribute to the insertion of this group in the academic community of the*



Federal Center of Technological Education of Minas Gerais - CEFET-MG, guaranteeing the legitimation of the rights that emerged together with this innovative policy.

Keywords: Social Name. Technology. Genre.
